



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LORENN NUNES DE ASSIS

**POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014):
AVANÇOS E DESAFIOS NA BALANÇA COMERCIAL**

**PORTO NACIONAL- TO
2023**

LORENN NUNES DE ASSIS

**POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014):
AVANÇOS E DESAFIOS NA BALANÇA COMERCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Como requisito à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais,
Orientador (a): Prof. Dr. Murilo Mesquita.

PORTO NACIONAL- TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A848p Assis, Lorenn Nunes de.

Política externa do governo Dilma Rousseff (2011-2014): avanços e desafios na balança comercial. / Lorenn Nunes de Assis. – Porto Nacional, TO, 2023.

57 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.

Orientador: Munilo Mesquita

1. Política Comercial. 2. Balança Comercial. 3. Dilma Rousseff. 4. Política Externa. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lorenn Nunes de Assis

POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014):
AVANÇOS E DESAFIOS NA BALANÇA COMERCIAL

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Como requisito à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: 06 / 12 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Murilo Mesquita, UFT

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT

Prof. Dr. Jan Marcel Lacerda, UFT

Porto Nacional, TO

2023

À minha família, aos meus professores e a mim mesma, pois sozinha jamais teria alcançado o ponto em que me encontro. Agradeço!

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, minha fortaleza diante dos desafios que passei na trajetória acadêmica. Sempre apoiando nas minhas decisões, sendo positivas ou não em sua visão.

Agradeço ao meu orientador, por sua dedicação às correções e por tamanha paciência. Tornou-se uma pessoa de importância nesse percurso árduo e longo.

Agradeço a mim, não por ter desistido após muitas batalhas. Mas, por levantar e recomeçar.

RESUMO

De que maneira a política externa adotada por Dilma Rousseff influenciou os resultados da balança comercial durante o período de 2011 a 2014? Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar a balança comercial do governo Dilma Rousseff no período do primeiro mandato. E, como objetivos específicos: a) elucidar a conjuntura política e comercial do período em recorte; b) verificar os principais parceiros comerciais do Brasil; c) identificar os impactos da política externa na balança comercial do país. Desse modo, o trabalho foi pensado em três seções. Na primeira seção, está presente a fundamentação teórica em Análise de Política externa utilizada para dar corpo ao trabalho em conjunto com a contextualização sobre política externa e sua importância para o desenvolvimento do país. Durante a segunda seção, o trabalho foi desenvolvido em torno da apresentação sobre a conjuntura política internacional na qual direcionou a política externa do governo Dilma Rousseff para os resultados apresentados na finalização do mandato. Terceira seção, o trabalho enfatiza os objetivos específicos da pesquisa, assim estabelecendo uma análise sobre os impactos, sendo eles positivos ou negativos, sobre a abordagem na qual envolvem os resultados das importações e exportações. O estudo em questão sustenta a proposição central de que o contexto internacional desempenhou um papel determinante no desenvolvimento da política externa durante o governo de Dilma Rousseff. Esta influência é evidenciada pelas iniciativas e ações implementadas pela presidente, as quais tiveram impacto nos resultados da balança comercial durante o período analisado. As conclusões derivadas da análise indicam a inter-relação entre as medidas econômicas, o contexto político e o desfecho da balança comercial, destacando a necessidade de uma abordagem estratégica da política externa nas negociações para atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor comercial. Ao longo da pesquisa, os eventos apresentados fornecem uma resposta abrangente à indagação central, esclarecendo até que ponto a política externa impactou negativamente na política comercial brasileira, vindo a atingir os resultados da balança comercial ao longo do quadriênio de mandato.

Palavras-chave: Política Comercial. Balança Comercial. Dilma Rousseff. Política Externa.

ABSTRACT

How did the foreign policy adopted by Dilma Rousseff influence the results of the trade balance between 2011 and 2014? With this in mind, the general aim of this paper is to analyse the trade balance of the Dilma Rousseff government during her first term in office. The specific objectives are: a) to elucidate the political and commercial context of the period in question; b) to verify Brazil's main trading partners; c) to identify the impact of foreign policy on the country's trade balance. The paper is divided into three sections. The first section presents the theoretical basis of foreign policy analysis used to flesh out the work, together with a contextualization of foreign policy and its importance for the country's development. In the second section, the work is centred on a presentation of the international political conjuncture in which the foreign policy of the Dilma Rousseff government was directed towards the results presented at the end of her term in office. In the third section, the paper emphasizes the specific objectives of the research, thus establishing an analysis of the impacts, whether positive or negative, on the approach involving the results of imports and exports. The study in question supports the central proposition that the international context played a determining role in the development of foreign policy during Dilma Rousseff's government. This influence is evidenced by the initiatives and actions implemented by the president, which had an impact on the results of the trade balance during the period analyzed. The conclusions derived from the analysis indicate the interrelationship between economic measures, the political context and the outcome of the trade balance, highlighting the need for a strategic foreign policy approach in negotiations to attract foreign direct investment to the trade sector. Throughout the research, the events presented provide a comprehensive answer to the central question, clarifying the extent to which foreign policy had a negative impact on Brazilian trade policy, affecting the results of the trade balance over the four-year mandate.

Keywords: Trade Policy. Trade Balance. Dilma Rousseff. Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exportação 2011-2014	44
Figura 2 - Importação 2011-2014	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
APE	Análise de Política Externa
BC	Balança Comercial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COBRADI	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
FED	Federal Reserve Board
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
OM	Oriente Médio
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração e Investimento
PE	Política Externa
SI	Sistema Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	14
2.1 APE- Análise de Política Externa	17
2.2 Política Externa como Política Pública	19
CAPÍTULO 3: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL (2011-2014)	22
3.1 Reflexos da crise econômica global de 2008	23
3.2 A Primavera Árabe	27
3.3 BRICS	30
3.4 Copa do Mundo FIFA no Brasil 2014	33
CAPÍTULO 4: BALANÇA COMERCIAL E SUAS DINÂMICAS NO GOVERNO DILMA (2011-2014)	39
4.1 Gestão da política macroeconômica do primeiro governo Dilma (2011-2014)	40
4.2 Análise dos impactos na balança comercial	43
4.3 Análise Da Política Comercial Do Governo Dilma	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

De que maneira a política externa adotada por Dilma Rousseff influenciou os resultados da balança comercial durante o período de 2011 a 2014? A partir dessa pergunta, a investigação busca contribuir para uma compreensão acerca das características da política externa desenvolvida durante o Governo de Dilma Rousseff e sua relação com a balança comercial brasileira. Dado esse intento inicial, parte-se do pressuposto que a política externa de Dilma Rousseff herda articulações elaboradas pelo governo antecessor de Lula da Silva (2003-2010). Dessa forma, inicia a gestão dando continuidade às ações da política externa estabelecida anteriormente.

No entanto, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, foram observadas perturbações na conjuntura política internacional que representaram um desafio para a continuidade dos projetos concebidos pelo seu antecessor, especialmente no que diz respeito à postura ativa e altiva da então política externa brasileira. Dentro de um contexto de crise, a fim de mitigar os impactos das decisões governamentais no saldo comercial, Dilma Rousseff empenhou-se em adotar medidas produtivas e buscar novos projetos aplicáveis no âmbito doméstico.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar a balança comercial do governo Dilma Rousseff no período do primeiro mandato. Os objetivos específicos são: a) elucidar a conjuntura política e comercial do período em recorte; b) verificar os principais parceiros comerciais do Brasil e c) identificar os impactos da política externa na balança comercial do país.

Desse modo, o trabalho foi pensado em três seções. Na primeira seção, está presente a fundamentação teórica em Análise de Política externa utilizada para dar corpo ao trabalho em conjunto com a contextualização sobre política externa e sua importância para o desenvolvimento do país. Durante a segunda seção, o trabalho foi desenvolvido em torno da apresentação sobre a conjuntura política internacional na qual direcionou a política externa do governo Dilma Rousseff para os resultados apresentados na finalização do mandato. Terceira seção, o trabalho enfatiza os objetivos específicos da pesquisa, assim estabelecendo uma análise sobre os impactos, sendo eles positivos ou negativos, sobre a abordagem na qual envolve os resultados das importações e exportações.

O presente estudo tem como fundamento um argumento central de que o contexto internacional exerceu uma influência no desenvolvimento da política externa durante o governo Dilma, direcionando as atividades de exportação e importação a um nível de desenvolvimento

relativamente baixo. Essa influência pode ser observada por meio das iniciativas e ações adotadas pela presidente, as quais moldaram os resultados da balança comercial durante o período em questão.

A metodologia adotada neste estudo é desenvolvida via a qualitativa, desenhada como um Estudo de Caso. A abordagem qualitativa tem como objetivo fornecer um suporte para a compreensão da pesquisa por meio de aspectos da realidade que não são necessariamente quantificáveis. Dessa forma, a metodologia empregada por meio de análise busca proporcionar uma visão que seja relevante para a compreensão do caso escolhido mediante a devida contextualização e a construção de uma base teórica que torna a análise científica.

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A política externa é distinguida da política doméstica por meio das características atribuídas ao meio internacional, uma das abordagens consensuais sobre a sua definição está no comportamento diante das demais políticas, sendo assim utilizada como uma ferramenta para interagir com os demais Estados para fora das fronteiras nacionais, destacando o objetivo de evoluir com os projetos que visam retorno macro ao país (PONTE E SOUSA, 2018).

Desse modo, a política externa passa a receber influências do campo externo através de outros níveis de governo, as chamadas influências: supra e infra. Além das intervenções de atores não-estatais, isso exerce complexidades na política externa quanto ao comparado às outras políticas (PONTE E SOUSA, 2018).

De acordo com Freire e Vinha (2011) caracteristicamente a política externa é associada aos Estados, isso concebe à pasta a função de projetar os interesses domésticos para o exterior. Essa característica permite com que a política externa seja vista como uma ferramenta de suma importância para os atores articularem-se no Sistema Internacional por uma via direta (FREIRE; VINHA, 2011).

Alden e Aran (2017), complementam ao apontar que o estudo de política externa está atrelado às constantes mudanças no modo como o Estado, as instituições e as pessoas se engajam dentro da dinâmica do Sistema Internacional. Ademais, os agentes envolvidos na formulação da política externa operam de maneira cautelosa, navegando por uma linha sutil que se estende entre as dinâmicas da política doméstica do país e o ambiente internacional (ALDEN; ARAN, 2017).

Alden e Aran (2017, p. 1) delineiam a complexidade do cenário internacional, destacando as peculiaridades que caracterizam a atuação de diversos agentes na política externa, tais como Estado, ONGs, organizações internacionais governamentais, empresas estatais e não estatais, os quais se movem nesse contexto visando aplicar suas influências em busca de soluções alinhadas aos seus interesses.

Portanto, o ambiente em que atuam os agentes da política externa é descrito como uma matriz vertiginosa, repleta de protagonistas que exercem influência sobre a política externa, moldando os desdobramentos de uma decisão e podendo, conseqüentemente, impactar em eventos que variam desde conflitos armados até a promoção de paz ou prosperidade.

Os estudos voltados para a análise de política externa, em sua essência, fornecem instruções relativas à "conduta e práticas entre diferentes atores, primariamente o Estado, no

Sistema Internacional" (ALDEN; ARAN, 2017, p. 3). Desse modo, a abordagem estratégica adotada para a compreensão dos padrões de Política Externa (PE) e das condutas dos Estados no Sistema Internacional (SI) oferece a perspectiva de desenvolver teorias e conceitos generalizáveis, contribuindo para a análise das ações estatais em questões internacionais.

As pesquisas no âmbito da política externa desempenham um papel central na investigação, abordando o processo decisório que engloba a formulação e implementação de políticas externas. Este processo compreende a tomada de decisão, o tomador de decisão, os procedimentos envolvidos e as condições que influenciam a política externa, culminando nos resultados decorrentes das decisões tomadas (ALDEN; ARAN, 2017, p. 3).

Simultaneamente, ao discorrer sobre as características da política externa e seus elementos constituintes, Alden e Aran (2017, p. 4) identificam elementos fundamentais e influentes, tais como: diplomacia, negociações comerciais, inteligência e intercâmbio cultural. Estes elementos, quando considerados em conjunto, constituem a política externa e abrigam os diversos atores envolvidos nesse cenário.

Dentro do estudo de análise de política externa há um pesquisador específico na área, o Analista Internacional. Tal pesquisador tem como função estudar o comportamento do Sistema Internacional, o poder da política doméstica do país no ambiente externo além de estudar a política internacional preocupando-se em entregar informações completas sobre as decisões tomadas na política externa. Dessa maneira, leva em conta os limites entre o ambiente doméstico e o ambiente externo, visto que ambos caminham juntos (ALDEN; ARAN, 2017, p.4).

Enquanto que nas disciplinas de RI (Relações Internacionais) a compreensão sobre a política dá-se através do foco exclusivo às conduções das relações interestatais, o estudo de Análise de Política Externa mantém o foco no processo da política externa, na oposição dos resultados da PE baseando na crença de exames mais detalhados, da estrutura montada para a tomada de decisões e em um contexto mais amplo na qual a política externa está formulada (ALDEN; ARAN, 2017, p.4). Além do mais, a APE (análise de política externa) tem tradicionalmente enfatizado os níveis individuais e estaduais como principais na compreensão da natureza do SI.

Assim como as demais subáreas das Ciências Sociais Políticas, a APE está dividida por graus de influência de acordo com os fatores estruturais, ou seja, as regras impostas pelo SI e as agências humanas que condiz sobre as escolhas individuais na formação do SI (ALDEN; ARAN, 2017). Sendo assim, de acordo com os autores, o foco de estudo da APE no processo de formulação de política externa e nas regras dos decisores na natureza da escolha de política

externa, resulta em produzir ênfases mais elaboradas nas agências do que propriamente nas RI (estudo disciplinar).

Nota-se que a análise de política externa (APE) entrega as percepções e preocupações relacionadas à uma tradição construtivista e reflexiva. Além disso, há algumas similaridades com outros campos de pesquisa voltados para a política que tem por objetivo incorporar as ferramentas científicas como meio de esclarecer a pesquisa e compreender os fenômenos. Conseqüentemente, a APE passa a desenvolver-se nos debates sobre a utilização de diferentes abordagens de pesquisas metodológicas, incluindo estudos organizacionais e de Psicologia para ampliar a variedade de materiais na política externa e suas perspectivas (ALDEN; ARAN, 2017, p. 5).

Na análise da política externa, segundo Alden e Aran (2017), destaca-se a ênfase no processo de tomada de decisão na esfera da política externa, visando explicar as complexidades enfrentadas pelos Estados para efetuar escolhas no âmbito do Sistema Internacional. A abordagem de maior influência reside na lógica da racionalidade e sua aplicabilidade no contexto das decisões relacionadas à política internacional contemporânea.

Desenvolvido no campo da teoria da Escolha Pública, os estudiosos da lógica racionalista têm buscado aplicar o uso de metodologias mais estáveis sobre a tomada de decisão no contexto da política externa. Sendo assim, foi possível desenvolver inovações na modelagem de escolhas a serem aplicadas em uma gama de área derivada da política externa, como: negociações comerciais, estratégia nuclear, entre outras nas quais possuem influência no círculo acadêmico de APE (ALDEN; ARAN, 2017).

Em alguns aspectos, tal abordagem recebeu críticas dos analistas de APE, tendo em vista que as críticas direcionadas para a narrativa dos racionalistas possuem vínculo com o fato de que tais estudiosos não dispõem da habilidade de determinar os detalhes precisos em um processo de análise de política externa, visto dos seus fundamentos. No entanto, os estudiosos de APE tem como uma de suas bases, a psicologia política e a teoria cognitiva para concentrarem em analisar a mente do tomador de decisão, logo para saber como o efeito sobre tal decisão afeta as questões da política externa, considerado assim, um quadro complexo (ALDEN; ARAN, 2017).

Essa problemática apontada por Alden e Aran (2017), acarretam no desenvolvimento de novos debates sobre a implementação da política externa utilizando a ótica do racionalismo em vista dos argumentos apontados por eles. Contudo, não descarta-se a aplicabilidade da abordagem da racionalidade como uma das opções existentes no auxílio de análise de política externa. Vale enfatizar que a influência da abordagem da racionalidade apresenta um amplo

debate teórico e utilizado pelos analistas de APE em seus congressos ou mesmo no dia a dia, quando fazem menção à natureza única dos tomadores de decisão da PE.

Contudo, por mais que as críticas direcionadas à racionalidade exista, ainda permanece válida e influente no meio acadêmico. Posto isso, observa-se a complexidade existente no processo entre o tomador de decisões, o Estado e o SI (outro componente complexo na compreensão) mas tendo em vista que os resultados das decisões firmadas são frutos do funcionamento das instituições de PE, repletas de burocracias e mecanismos a serem analisados.

No próximo tópico, o assunto discutido será sobre os estudos da APE em busca de detalhar mais a fundo o processo de tomada de decisão do Estado.

2.1 APE- Análise de Política Externa

Usualmente, no estudo do funcionamento do Sistema Internacional (SI), um sistema composto por diversos atores que interagem entre si, o Estado é considerado um dos principais atores desse sistema (FERREIRA, 2020). Dessa maneira, as ações políticas desenvolvidas pelos Estados, no ambiente internacional, resultam no objeto de estudo para Análise de Política Externa (APE), considerada uma subárea das Relações Internacionais (RI) (FERREIRA, 2020).

Ciente disso, essa seção trata da fundamentação teórica do trabalho a partir do campo de APE. De acordo com Ferreira (2020), APE busca compreender e explicar como são tomadas as decisões de um Estado que são direcionadas para a arena internacional (FERREIRA, 2020). No entanto, as discussões que se desenvolvem no âmbito de APE surgem por meio de críticas ao *mainstream* teórico de RI marcado pelas abordagens teóricas realistas.

Diante disso, Ferreira (2020, p. 14) alega que “na abordagem teórica realista, as relações internacionais são entendidas como conflituosas por excelência, na qual os países buscam dentro de sua esfera de poder maximizar seus interesses.” O Estado é configurado como uma entidade racional, que busca preservar sua posição diante da conjectura de que outros Estados possam representar uma potencial ameaça.

Nesse contexto, as entidades estatais são consideradas o epicentro do estudo, pois são entendidas como atores principais nas interações políticas e econômicas nas relações internacionais. Dessa forma, o Estado é visto como um ente com capacidade de tomar decisões com base em interesses e objetivos próprios, buscando garantir sua segurança diante do Sistema Internacional (FERREIRA, 2020).

Nesse contexto, é por meio da condução da política externa que os teóricos têm empreendido esforços visando elucidar a dinâmica das interações entre Estados no âmbito do Sistema Internacional. Destaca-se a importância desses empreendimentos teóricos, conforme

demonstrado por Ferreira (2020), os estudos clássicos desenvolvidos por Rosenau (1966); Richard Snyder, Henri Bruck e Burton Sapin (1954) e Harold e Margareth Sprout (1956).

Ainda segundo Ferreira (2020), esses estudos são caracterizados da seguinte forma: o primeiro, desenvolvido por Rosenau (1966), defende que para compreender a política externa é necessário a criação de uma teoria que auxilie o entendimento de como o Estado funciona e o seu comportamento geral. O segundo estudo, elaborado por Richard Snyder, Henri Bruck e Burton Sapin (1954) demonstra o peso da tomada de decisão dos atores oficiais encarregados do papel na política externa, sendo determinantes nos resultados das ações. Último e terceiro estudo, de Harold e Margareth Sprout (1956) busca compreender a política externa a partir da contextualização que envolve os indivíduos e grupos que perfazem o processo de produção dessa política.

Com o objetivo de enfatizar a perspectiva do teórico Rosenau, adiante ele se debruça nos estudos para encontrar a resposta que validasse teoricamente os assuntos internacionais propondo a criação de áreas temáticas para auxiliar os estudiosos de relações internacionais na gestão dos métodos científicos e teóricos (FERREIRA, 2020). Uma proposta apresentada por Rosenau (1966) é a criação de áreas temáticas, com o intuito de auxiliar os estudiosos de relações internacionais na aplicação de métodos científicos e teóricos (FERREIRA, 2020).

No escopo das metas delineadas por Rosenau (1966) no decurso da elaboração do presente estudo, sobressai a proposição de uma teoria abrangente concernente à política externa. A mencionada teoria almeja elucidar e examinar a dinâmica da política externa, discernindo a abordagem mais congruente por intermédio da análise de dados colhidos mediante a investigação empreendida, partindo das atributos inerentes à nação objeto de análise e de seu comportamento no que tange às outras entidades internacionais (PINHEIRO; SALOMÓN, 2013).

Não obstante, ao longo da evolução do debate acadêmico sobre a formulação de uma teoria para política externa, destacam-se também Michael Brecher (1972), Zimmermam (1973) e Hermann (1990). Brecher, em seu trabalho inicial, indicou a possibilidade de abordar a política externa em diversas áreas, como: segurança, cultura, economia e diplomacia, além de estabelecer relações entre essas áreas, buscando compreender de forma abrangente os resultados da política externa estatal (FERREIRA, 2020).

Por sua vez, Zimmerman propôs a sistematização de um modelo padrão para o estudo da política externa, considerando também a política doméstica em suas análises. Conforme apontado por Ferreira (2020), essa proposta implica que a política externa está sujeita a reações

e análises no âmbito doméstico, uma vez que o poder do Estado pode ser questionado de acordo com os riscos identificados.

Exposto isso, o próximo tópico tem por objetivo elucidar a política externa e seu papel no meio social, afim de ampliar as possíveis formas de compreensão da sua inserção na sociedade e como ela atua na prática, visto que a política externa do ponto de vista social está distante da sociedade civil por terem em mente um formato e atuação distorcida sobre política externa.

2.2 Política Externa como Política Pública

Em função do que é apresentado pertinente à evolução dos estudos de APE, aqui, entende-se que política externa abrange a formulação e implementação de estratégias por parte de um Estado em suas relações com outros atores no sistema internacional. Diante disso, é pertinente considerá-la como uma política pública, uma vez que sua função essencial é servir aos interesses públicos. Segundo França (2021), essa perspectiva destaca a relevância da política externa em prol do desenvolvimento social em nível global, o que tem sido objeto frequente de debates acerca de seu papel.

De acordo com Silva (2015) as políticas públicas constituem um conjunto de ações direcionadas à solução de problemas sociais. No caso específico da política externa, é fundamental que ela esteja consciente desse processo, especialmente em um contexto democrático, quando a participação e a consideração dos interesses dos cidadãos são fundamentais. Dessa forma, é possível afirmar que a política externa, ao ser entendida como uma política pública, possui a responsabilidade de promover os interesses públicos em âmbito internacional. Isso implica em uma abordagem sensível às demandas sociais e ao desenvolvimento da sociedade, tendo em vista sua inserção no contexto democrático (SILVA, 2015).

Milner (1997 apud SILVA, 2015) afirma que para compreender o funcionamento da política externa, é fundamental a interpretação do modo como os atores políticos domésticos se articulam em função de suas preferências políticas, do ambiente de influência das instituições públicas e também, diante do compartilhamento de informações no ambiente doméstico.

Milner (1997 apud SILVA, 2015) argumenta que fatores domésticos desempenham um papel crucial na formação das políticas externas dos Estados. Ela destaca a importância das instituições políticas e econômicas nacionais, das preferências dos atores políticos internos e das coalizões domésticas na determinação das políticas adotadas em nível internacional

examinando como os interesses e as pressões domésticas moldam as escolhas dos governos e como essas escolhas influenciam no relacionamento com os demais Estados.

Ademais, na busca de autores que visam contribuir no entendimento de política externa, Milani (2015) parte para a sustentação da tese de que a política externa, ao estabelecer conexões entre a arena internacional e o contexto doméstico, configura-se como uma política de caráter singular. Nesse sentido, desempenha o papel de política estatal, defendendo a identidade nacional, a soberania e os interesses nacionais, mas também assume a forma de política pública devido à interação entre interesses privados e a busca por uma posição do Brasil no cenário global.

Por isso, durante a análise da política externa como uma política pública, um aspecto que merece destaque é a interdependência entre essas duas esferas, as quais operam de maneira conjunta, sem uma separação rígida, uma vez que a participação democrática na elaboração dessas políticas apresenta benefícios significativos (MILANI, 2015).

Nesse sentido, as políticas públicas abrangem três elementos fundamentais que podem atribuir-lhes prioridade por parte de um governo: a identificação do problema a ser solucionado, a proposição de soluções para esses problemas e a implementação da política escolhida em um determinado momento (MILANI, 2015). E, nesse modo, é necessário que o governo eleito de forma democrática faça escolhas, mesmo tendo ciência de que tais escolhas podem resultar em perdas (MILANI, 2015).

Ao abordar a política externa como uma política pública, Milani e Pinheiro (2013) asseguram que a implementação e o desenvolvimento dessa política ocorrem no contexto das escolhas governamentais, podendo resultar em negociações e barganhas de acordos entre líderes de Estado, os quais expressam uma identidade própria dentro da dinâmica política. Dessa maneira, a consideração dos autores acerca da política externa como uma política pública abre espaço para a superação da concepção vigente de que a política externa tende a permanecer em estado de inércia em relação aos interesses nacionais. Por conseguinte, essa perspectiva também rejeita a ideia de que a política externa seja meramente mais uma política estatal (MILANI; PINHEIRO, 2013).

A discussão acerca da consideração da política externa como uma política pública perpassa por um extenso processo, o qual provoca o desenvolvimento de novos ajustes políticos. Esses ajustes são inseridos na configuração do campo de decisão política, que questiona quais são os verdadeiros atores que tomam decisões na política externa e quem detém o poder para implementar essas escolhas (MILANI; PINHEIRO, 2013).

No contexto brasileiro, é compreendido que os responsáveis pela tomada de decisões na política externa vão além do presidente, abrangendo também organizações do Estado, como Ministérios, Instituições bancárias, Partidos Políticos, Mídia e Líderes individuais. Essa abordagem é decorrente do sistema político brasileiro, que estabelece uma base de apoio que busca promover dinâmicas políticas tanto em âmbito interno quanto externo (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Diante desse aporte, o presente estudo desenvolverá nas próximas seções uma análise descritiva sobre a postura da política externa do governo Dilma adotada no primeiro mandato e como ela contribuiu de algum modo para a política comercial. No capítulo a seguir será realizado uma apresentação acerca da conjuntura política internacional e econômica pertinentes ao período compreendido entre 2011 a 2014 incluindo os eventos internacionais de grande peso para o período em recorte.

CAPÍTULO 3: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL (2011-2014)

O objetivo específico desta seção consiste em proporcionar uma contextualização do cenário internacional durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011-2014), a fim de identificar e discorrer sobre os eventos políticos e econômicos que podem ser considerados como fatores determinantes para as decisões tomadas na política externa durante esse período.

A realização de um contexto histórico da conjuntura internacional é de extrema importância, uma vez que o Brasil busca obter um papel relevante no cenário global. Nessa perspectiva, a política externa é amplamente reconhecida como uma ferramenta importante para a gestão efetiva e eficiente dos interesses estatais em colocar-se como protagonistas no mundo.

Os eventos internacionais são considerados fatores que exercem influência direta na política externa, resultando em modificações na trajetória delineada nos planos iniciais de um governo, tornando sua negligência inviável (HERMANN, 1990). Durante o mandato de Dilma Rousseff, são identificados eventos complexos que se manifestaram em diferentes continentes, especialmente no continente africano e sul-americano e que demandaram soluções multifacetadas e que mudaram a trajetória da política externa adotada no início do mandato de Dilma Rousseff. Dentre os eventos destacam-se:

(i) a crise econômica global ocorrida em meados de 2008 perpetuando até os primeiros anos do mandato da presidente Rousseff, na qual o impacto gerou desaceleração na economia brasileira, abalando as projeções da balança comercial;

(ii) os conflitos políticos e sociais da Primavera Árabe ocorridos na África e em parte do Oriente Médio, que levou à instabilidade nas relações internacionais;

(iii) Cúpula dos BRICS 2011-2014 em busca de negociações e fortalecimento dos acordos comerciais entre os membros;

(iv) a Copa do Mundo FIFA de 2014, que colocou o Brasil no epicentro das atenções internacionais. (CORNETET, 2014).

Assim sendo, o panorama político internacional durante o período de eleição de Dilma Rousseff foi amplamente reconhecido como um dos mais complexos e desafiadores a serem enfrentados (CORNETET, 2014).

No decorrer do capítulo, os eventos citados serão desenvolvidos e separados em subtópicos para melhorar no entendimento sobre a conjuntura política e econômica internacional presente no período do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-

2014). Visto que os acontecimentos internacionais modificam a trajetória da política externa e juntamente, a balança comercial do país.

3.1 Reflexos da crise econômica global de 2008

A crise econômica global de 2008 é considerada como um elemento de contextualização para o cenário econômico internacional no início do mandato presidencial de Dilma Rousseff, com o propósito de apresentar os eventos que contribuíram significativamente para a instabilidade político-econômica nos países em desenvolvimento, especialmente aqueles pertencentes ao G-20, no período que se estende desde o início dessa crise até meados de 2012-2013.

A crise financeira de 2008 adquiriu notoriedade global devido à sua severidade no âmbito do sistema financeiro internacional. Iniciada em meados de 2007, essa crise abalou as nações do Sistema Internacional, à medida que se tornava evidente sua origem no epicentro do capitalismo. Tal constatação suscitou uma atenção mais aguçada por parte de outras instituições bancárias (BRESSER et al., 2009).

A crise foi precipitada por um fator de notável relevância: as hipotecas de alto risco, conhecidas como *subprime*. Esta circunstância resultou na falência de um dos principais bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, devido à crise de crédito clássica. Isso se somou aos prejuízos das grandes potências devido aos empréstimos concedidos aos clientes sem garantias adequadas de retorno, amplificados pelos compromissos de crédito imobiliário que contribuíram significativamente para os prejuízos acumulados durante o processo de falência do banco (BRESSER et al., 2009).

Tais eventos levaram ao cenário de incerteza no balanço das instituições bancárias ocasionando no congelamento dos mercados interbancários, expressados em spreads elevados (BRESSER et al., 2009). Posto o cenário no mundo financeiro, a fragilidade na arquitetura financeira passou a ser exposta internacionalmente, isso provocou reações nos países desenvolvidos como: o Reino Unido, os países da União Europeia entre outros, resultando na anunciação de garantias aos créditos dos empréstimos na tentativa de reverter parte do quadro de crise apresentada em graus diferentes em cada país e assim não agravando mais o problema exposto (BRESSER et al., 2009).

Considerado o segundo fator que contribuiu com o cenário financeiro, de certo está associado aos laços fortes do engajamento entre as instituições financeiras com os bancos universais (BRESSER et al., 2009). De acordo com Bresser (et al., 2009) os bancos adotaram estratégias para reduzir ao ponto de retirar totalmente os riscos de créditos presentes nos

balanços e torná-los mais líquidos. Identifica-se como uma das estratégias aplicadas, o uso intenso das inovações financeiras afim de alavancar as operações sem guardar os coeficientes de capital requisitados pelo acordo de Basileia firmado em meados de 1980 (BRESSER et al., 2009).

De início, a estratégia dos bancos na adoção de inovações financeiras resultou positivamente devido à disposição de outros agentes em assumir a contrapartida de tais operações com a garantia de retorno sobre acordos de operações de grande valor. A operação aplicada foi nomeada pelo diretor executivo da Pimco, Paul Mcculley, por “shadow banking system” (BRESSER et al., 2009). Esse sistema dá-se pelo leque de instituições envolvidas com empréstimos alavancados sem acesso a seguros de depósitos. Portanto, as instituições envolvidas no sistema “sombra” não fazem parte do acordo Basileia (BRESSER et al., 2009).

A dinâmica adotada pelas instituições bancárias e financeiras, conhecida como "dinâmica sombra", foi implementada com o intuito de mitigar os riscos das operações e desenvolver novos produtos capazes de contornar as restrições impostas pela regulamentação do Banco Central (BRESSER et al., 2009). Do ponto de vista sistêmico, a crise financeira de 2008 evidenciou a necessidade de um órgão regulador global para conter práticas que poderiam provocar futuras instabilidades intensas no setor econômico (BRESSER et al., 2009).

Em resposta a esses eventos, o governo norte-americano reconheceu a ausência de supervisão centralizada na estrutura das instituições financeiras e propôs iniciativas que reestruturaram a cadeia regulatória do sistema financeiro, com o objetivo de consolidar as agências reguladoras no país (BRESSER et al., 2009). A proposta apresentada conferia ao Federal Reserve (FED) poderes ampliados para supervisionar "holdings financeiras, bancos de investimentos, seguradoras e fundos de investimentos (hedge funds)" (BRESSER et al., 2009, p. 137).

A crise no sistema financeiro também foi agravada pela demora do governo em reconhecer o cenário de instabilidade e tomar medidas preventivas, sendo essa demora atribuída a falhas na interpretação e supervisão bancária (HERMANN, 2009). Mesmo quando o reconhecimento ocorreu, a lentidão na resposta contribuiu para a intensificação do problema. Além disso, ao longo do desdobramento da crise, observou-se que o Federal Reserve (FED) direcionou sua atenção predominantemente à inflação em detrimento da deflação dos ativos, negligenciando a necessidade de ações rápidas, como cortes de juros (HERMANN, 2009).

Conforme destacado por Hermann (2009), outro elemento contribuinte para o cenário adverso reside no excesso de otimismo, o qual resultou em uma notável falha na avaliação de riscos por parte dos bancos credores, devedores e compradores envolvidos nas operações

financeiras. Desse modo, não se pode atribuir a crise de 2008 a uma única causa, mas sim compreendê-la como um conjunto de falhas e negligências no cenário econômico e nas práticas financeiras que culminaram na instabilidade final.

A princípio, a crise de 2008 surgiu como uma lente para as instituições bancárias auxiliando na compreensão do quão careciam de reformas no sistema bancário global, visto que qualquer outra crise de nível semelhante poderia atingi-los novamente e instaurar o caos (MANZI, 2015).

No contexto de países emergentes, como o Brasil, conforme observado por Basilio e Oreiro (2009), a crise financeira teve um impacto significativo, especialmente devido à utilização do dólar americano em transações de compras externas. Esse impacto foi notadamente observado quando houve um aumento para R\$2,30 no início de outubro do mesmo ano, comparado aos R\$1,60 registrados no final de agosto. Tal variação resultou em uma desvalorização do real brasileiro da ordem de 30% em um período inferior a 60 dias (BASILIO; OREIRO, 2009).

Empresas brasileiras, particularmente aquelas atuantes no setor de exportações, foram fortemente impactadas pelo aumento do dólar, dado que muitas delas baseiam suas operações em contratos de Forward Target, uma taxa empregada em transações financeiras futuras, comumente utilizada em negociações envolvendo commodities e moedas. Uma das primeiras reações dessas empresas exportadoras foi a venda de dólares aos bancos por meio do instrumento Forward (BASILIO; OREIRO, 2009).

Apesar das medidas protetivas adotadas pelo Banco Central em favor das instituições financeiras e empresas envolvidas no comércio exterior, bem como da competência da equipe econômica na análise cambial e na avaliação da conjuntura econômica, a economia interna brasileira ainda experimentou impactos significativos, conforme indicado por Basilio e Oreiro (2009). Este cenário evidencia que, mesmo com as precauções tomadas, a economia doméstica não se encontra completamente imune aos eventos econômicos externos, dada a interconexão existente no Sistema Internacional e no cenário financeiro global.

Durante o governo Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, ainda recente com a crise financeira de 2008, os impactos registrados na política macroeconômica espalharam-se na situação fiscal e na geração de déficits desenvolvidos até meados de 2014 (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020). Esse registro consta que desde 1997 a receita vinha crescendo e desacelerou em 2008, adiante a economia passa a apresentar estagnação dado à crise financeira de 2008 e as medidas adotadas pelo governo antecessor para frear os impactos na economia interna do país (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020)

Após 2009, a arrecadação estagnou e a receita passou a cair na participação do PIB. Assim que Dilma inicia o mandato no ano de 2011, o governo consegue crescer a participação da arrecadação no PIB, no entanto, não alcança o ritmo acelerado que apresentou-se no período anterior à crise financeira (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020). Conforme afirma Chernavsky, Dweck e Teixeira (2020) esse ritmo foi se repetindo ao longo do primeiro mandato da presidente, despencando abruptamente em 2014 resultando na deterioração fiscal.

Assim como afirma Chernavsky, Dweck e Teixeira (2020) o período pós-crise de 2008 caracterizou-se por uma recuperação econômica gradual, que se revelou mais lenta em comparação aos anos de pico entre 2006 e 2007. A partir de meados de 2014, observou-se uma reversão nos padrões de receita e despesa, manifestando-se, na verdade, por meio da desaceleração das arrecadações e pela estabilidade nos gastos públicos, fatores que desempenharam um papel explicativo nos movimentos oscilantes do Produto Interno Bruto (PIB) (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020).

Desde 2009, o gráfico do PIB evidenciou uma trajetória descendente em resposta ao cenário econômico desafiador e à implementação de rigorosas regras fiscais destinadas a controlar os gastos públicos. Essas medidas, por sua vez, influenciaram negativamente o ritmo de crescimento dos investimentos, restringindo-se principalmente à execução de projetos prioritários delineados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal estratégia resultou em uma modesta expansão do PIB, registrando 0,68% em 2011 e 1,02% até 2014 (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020).

O próximo segmento discutirá um dos eventos internacionais voltados para a promoção da democracia e dos direitos humanos, temática à qual a presidente Dilma Rousseff abordou enfaticamente em seus discursos presidenciais. Esse ponto elucidará a postura da presidente diante de cenários complexos de tomada de decisões, notadamente em virtude do princípio da não-intervenção estabelecido no artigo 4º da Constituição Brasileira, que regula as relações internacionais e reforça a soberania do Estado brasileiro em suas parcerias bilaterais.

3.2 A Primavera Árabe

O evento está discorrido com foco na repercussão internacional e com um breve apontamento sobre a posição da política externa brasileira ao frisar o ponto de vista do governo brasileiro em relação aos acontecimentos.

O estímulo à população do Oriente Médio, por meio da onda de protestos em relação ao sistema político estabelecido, configura um marco significativo de repercussão internacional

conhecido como Primavera Árabe (PEREIRA, 2015). Essa manifestação resultou em uma transformação das dinâmicas políticas no Oriente Médio e em parte dos países norte-africanos.

Em um cenário global permeado pela realidade da globalização e pela exposição de profundas crises financeiras em países desenvolvidos, aliadas a intensas mudanças políticas e econômicas que atingiram a região, ocorreu uma precarização nas condições de vida da sociedade civil naquela área. Esse contexto despertou a insatisfação entre os povos do Oriente Médio, culminando nas notáveis manifestações de protesto que foram apresentadas ao mundo (PEREIRA, 2015).

O evento foi desenvolvido no final de 2010, iniciado na Tunísia por meio de outra manifestação que havia sido iniciada, chamada por Revolução Jasmim (BIJOS, 2013). Com a Primavera Árabe em apoio às demais manifestações implantadas na região, resultou na derrubada de ditadores presentes na Tunísia e Egito, logo espalhando para os outros países do Oriente Médio; parte do Golfo Pérsico (Iêmen, Omã, Bahrein, Iraque, Síria e Jordânia) mais adiante no Norte da África (BIJOS, 2013).

Marcado pela violência e perseguições provocada pelos ditadores, a Primavera Árabe expôs ao internacional as queixas e a realidade dos povos da região, estando repleto de violações aos Direitos Humanos, além disso o desemprego e corrupção em alta foram motivos de maior peso para a população rebelar-se em prol de melhoria (BIJOS, 2013). No Egito, o desemprego concentrava-se na população mais jovem registrado em 90% antes da Revolução Jovem (BIJOS, 2013).

Dado que constitui um grupo que ingressa na fase adulta e almeja conquistar a independência financeira, a apreensão dessa população crescia de maneira exponencial. Considerando este elemento agravante, os jovens manifestaram-se nas ruas, expressando sua insatisfação diante do contexto emergente que delineava o futuro desse segmento populacional. Assim, no ano de 2011, o evento ganhou proeminência na esfera internacional, tornando-se objeto de observação global por meio da cobertura midiática das manifestações (BIJOS, 2013).

Com base nas pesquisas documentadas acerca da Primavera Árabe, observou-se o desdobramento de um movimento geral de natureza política e econômica, cujas ramificações repercutiram na crise econômica global. Nesse contexto, Marcelino (2012) amplia a compreensão desse fenômeno ao explorar as consequências emergentes durante a Primavera Árabe, destacando a contribuição parcial deste evento para a mencionada crise econômica global. Marcelino (2012) salienta, por exemplo, que a migração clandestina da população dos países envolvidos atingiu proporções alarmantes, direcionando-se de maneira catastrófica aos continentes europeu e americano. Afirma Marcelino (2012, p. 63):

A crise potenciara os riscos de instabilidade nesses países, daí que o êxodo provocado pela “Primavera Árabe” criou vagas de imigrantes ilegais em direção à Europa em busca de segurança. O crescendo de débeis embarcações que navegavam pelo Mediterrâneo rumo às ilhas europeias mais próximas do Norte de África era impressionante e efetuava-se a um ritmo nunca visto.

As ocorrências de tal natureza exerceram uma influência substancial na fragilização da segurança dos países europeus. Esta condição é atribuída à presença de fluxos migratórios irregulares e à ausência de uma integração econômica abrangente, assemelhando-se àquela observada em relação a outros Estados no contexto do Sistema Internacional (MARCELINO, 2012).

Ademais, os Estados palco das manifestações da Primavera Árabe, notadamente Iêmen e Síria, cujo principal enfoque recai sobre o recurso petrolífero, encontraram-se inseridos em um contexto global notavelmente distinto, caracterizado pelo novo direcionamento da globalização (VISENTINI et al., 2012).

Nesse cenário, a força propulsora da globalização conferiu uma nova trajetória aos desdobramentos do conflito civil, uma vez que as potências do Atlântico Norte enfrentavam desafios econômicos internos, embora mantendo uma significativa capacidade de provisão bélica destinada aos atores participantes da Primavera Árabe (VISENTINI et al., 2012).

Nesse conflito, a participação do Brasil deu-se no momento em que a presidente compartilhou através do discurso proferido no debate geral na 66^o Assembleia Geral da ONU, um posicionamento que fosse condizente com as orientações regidas pelo artigo 4^o da Constituição Brasileira que regula as relações internacionais dentro dos princípios da “não intervenção; independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo” (BRASIL, 1988, Art. 4).

Dessa maneira, a presente abordagem resultou na formulação criteriosa da postura adotada pela presidente Dilma que o estudo se baseou na cuidadosa análise da coerência retórica associada à temática dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que examinou a dinâmica do intercâmbio comercial bilateral entre a República Federativa do Brasil e Estados proeminentes, destacando-se a Síria, a Líbia, o Iêmen e outras nações relevantes na região do Oriente Médio (CASARÕES, 2012).

Destaca-se, nesse contexto, que a amplificação das relações comerciais brasileiras, verificada sob a égide do governo progressivo, confere maior gravame às deliberações e posicionamentos adotados, no intuito de evitar detrimento aos resultados conquistados no

tocante ao teor comercial entre o Brasil e a Líbia, assim como entre o Brasil e a Síria (CASARÕES, 2012).

Além do Brasil também acolher uma numerosa população de líbios, fatores como a parceria comercial entre o Brasil e os países palco da manifestação e a causa de Direitos Humanos, permitiram que a situação se encontrasse em estado de extrema delicadeza (CASARÕES, 2012). A política externa de Dilma Rousseff com o posicionamento firmado resultou em críticas por parte dos analistas internacionais dado à inconsistência do discurso de defesa aos direitos humanos com a prática, quando não votou em prol das medidas pautadas pela resolução de 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a Líbia, principal parceiro comercial do Brasil dentre os países palco da manifestação, e violador dos direitos humanos, quando justificado com os princípios da não intervenção (CASARÕES, 2012).

Mesmo que o governo Dilma tenha mostrado um posicionamento cauteloso para não romper bruscamente as relações comerciais, ainda assim, as empresas brasileiras atuantes na Líbia, por exemplo, desde o governo anterior, estavam sob grande risco no mercado líbio. Além de que sua permanência contava também com as ameaças da atuação dos rebeldes na Líbia (CASARÕES, 2012).

Uma parcela da sociedade civil brasileira, ao tomar conhecimento de que a presidente brasileira, juntamente com os líderes dos demais países do BRICS, com exceção da Rússia e da China, se absteve de vetar e impor sanções promovidas pelas potências ocidentais, passou a expressar sua desaprovação em relação ao governo sírio e condenou a postura adotada por Dilma Rousseff (CASARÕES, 2012).

Visando preencher as lacunas observadas, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil desempenhou sua função ao abordar a questão síria, expressando condenação às ações violentas ocorridas dentro da sociedade síria (CASARÕES, 2012). Segundo Casarões (2012), o posicionamento adotado pelo Ministério das Relações Exteriores foi alinhado aos interesses estatais, dada a relevância da Síria para o Brasil, tanto no contexto das relações comerciais bilaterais quanto nas demais esferas de desenvolvimento. Isso é particularmente notável, uma vez que a postura da presidente brasileira havia sido objeto de críticas (CASARÕES, 2012).

Entretanto, no que tange à Líbia, observando os princípios delineados no artigo 4º da Constituição brasileira, referentes às relações internacionais, o governo brasileiro adotou uma postura conforme ao tradicional posicionamento diplomático ao abster-se da resolução de 1973 e alinhar-se à perspectiva de "responsabilidade ao proteger" (GREGURINCIC, 2012).

Considerando que o emprego da força pelo governo líbio durante as manifestações não resultaria no término imediato do evento, mas sim no agravamento da violência contra sua

população, Dilma fundamenta sua posição com a defesa do uso da diplomacia e do diálogo (GREGURINCIC, 2012).

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. [...] Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma (ROUSSEFF, Discurso Presidencial, 2011).

Assim, entende-se através do discurso proferido pela presidente um posicionamento condizente com os regulamentos dos Direitos Humanos presente na Constituição Brasileira, mesmo não interferindo na política interna dos países em conflito, mantendo a tradição da política externa brasileira.

O subsequente tópico visa abordar o BRICS, examinando as negociações e discussões ocorridas nos encontros entre seus membros. Destaca-se a correlação do BRICS com os eventos anteriormente descritos, com o propósito de contextualizar o panorama compreendido no período de 2011 a 2014, analisando as decisões consubstanciadas nos encontros e os desdobramentos resultantes em termos de política externa.

3.3 BRICS

Devido à instabilidade econômica observada no Sistema Internacional a partir do início do mandato da Presidente Dilma Rousseff, em conjunção com as crises econômicas globais que se desenrolaram a partir desse período, durante a reunião realizada em Sanya, África do Sul, os países integrantes do BRICS, conforme relatado por Baumann (2018), incorporaram à agenda de discussões as reformas financeiras dentro do grupo, por meio da consideração da criação de uma nova moeda destinada a circular nas transações comerciais entre eles (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Dentre a discussão ocorrida na reunião do acrônimo, incluíram temas sobre a regulação do mercado de commodities visto que grande parte dos atores envolvidos no grupo BRICS exportam commodities; apoio ao desenvolvimento da África do Sul e as preocupações sobre o desequilíbrio no mercado gerado pela instabilidade no Oriente Médio, uma região com apresentação do PIB expressivo e grande mercado consumidor de commodities destinadas dos países do BRICS (BAUMANN, 2018).

Em 2012, os países do BRICS se reuniram novamente para debater sobre eficiência energética e seus impactos que seriam gerados no meio ambiente, uma preocupação recorrente

no entanto sem consenso sobre as propostas nessa reunião, inclusive foi manifestado um grau de preocupação em relação ao caos que estava ocorrendo no Oriente Médio (Norte da África e Síria) importantes atores estatais (BAUMANN, 2018). Adiante, anunciaram a novidade para a economia que surgia do BRICS, a criação de um banco exclusivo, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Sendo fundado anos mais tarde em 2014 com a sede em Xangai-China e expandiu para a cidade de Joanesburgo, na África do Sul (BAUMANN, 2018).

Em 2013, as questões pendentes e sensíveis da última cúpula foram retomadas para discussão, à luz da ausência de consenso. Esse retorno às discussões foi impulsionado pelo destaque que os países do BRICS deram, durante uma reunião, à necessidade de estabelecer metas realistas e executáveis. Esse enfoque considerou aspectos como a questão energética e a determinação de preços das commodities, conforme delineado nos acordos estabelecidos (BAUMANN, 2018).

Durante a cúpula, o grupo deixa claro o apoio ao uso e implementação de energia nuclear no Irã permitindo apenas para projetos pacíficos e transparentes sobre tal utilidade, prontamente identificando novas cooperações comerciais com tal país, a possibilidade de um secretariado virtual do BRICS para agilizar as demandas aprovadas em consenso e fortalecer o diálogo entre os participantes de modo que seja viável as negociações político-econômicas (BAUMANN, 2018).

Em 2014 foi realizada a cúpula do BRICS no Brasil em Fortaleza-CE. Nesse ano evoluíram as pautas de debates ao dar enfoque a temas econômicos como o PIB especulando metas de crescimento em curto prazo, o objetivo firmado foi de 2% em cinco anos e para que tal meta fosse alcançada seria necessário trabalhar em outras áreas que caminham em conjunto com o crescimento do PIB, sendo assim, firmados acordos de cooperação técnico entre as agências crediárias com garantia às exportações dos produtos nacionais (BAUMANN, 2018).

A IV Cúpula BRICS (2014) seguiu sendo uma das mais produtivas e com metas estabelecidas ao retomarem a dimensão internacional extrabloco visando engajamentos com os demais países de economia emergente em busca de interação externa do grupo assim evitando o isolacionismo (BAUMANN, 2018). Além disso nesses quatro anos de mandato do governo Rousseff participando das cúpulas organizadas pelo grupo, foi possível notar ações crescentes para desenvolver os setores da Economia; Ciências; Tecnologia; Educação e Agricultura ao fundarem um Fórum de debate para cada setor em destaque: o empresarial e o acadêmico, visto que ambos os setores se complementam (BAUMANN, 2018).

No que tange ao Brasil no âmbito do conjunto representado pelo BRICS, sua dinâmica comercial apresenta características distintas, uma vez que as exportações direcionadas aos

países componentes do grupo revelam uma notável concentração em produtos primários e em itens de reduzida complexidade tecnológica (BAUMANN, 2018). Por outro lado, as importações registradas se mostram contrastantes em relação às exportações, gerando um desequilíbrio intrínseco à estrutura produtiva nacional. Essa disparidade, por conseguinte, acarreta implicações adversas para o processo de industrialização do país (BAUMANN, 2018).

A disparidade sobre os produtos exportados e importados pelo Brasil dentro do grupo revela as desvantagens competitivas que o país sofre sobre os demais, estando abaixo da China e Índia, isso ocorre devido às políticas comerciais externas de cada membro serem singulares comparado às tarifas nominais praticadas no BRICS (BAUMANN, 2018).

A presença de barreiras não tarifárias e o percentual de tarifas consolidadas na política comercial do Brasil indica a prática de uma economia mais limitada no comércio, motivos pelos quais o país apresenta uma posição mais abaixo entre os demais membros do BRICS, por exemplo, segundo Baumann (2018) nas estruturas tarifárias consolidadas da OMC para os países do BRICS observa-se que o Brasil possui o percentual mais elevado com 51% e concentrado nos cereais, nos outros setores o percentual está entre 40% a 43% . Enquanto que para os demais membros a tarifa registrada é abaixo de 39% (BAUMANN, 2018).

Ao observar a prática de uma economia mais limitada por parte do Brasil BRICS, o país encontra-se ainda com um empenho não esclarecido na construção de uma base econômica concorrente a ponto de destacar a participação no cenário internacional, assim tornando um desafio para o Brasil em desempenhar com clareza os propósitos de elevar a economia nacional (BAUMANN, 2018).

O governo Dilma assumiu o BRICS quando ainda iniciavam os mecanismos de aplicação das ações no desenvolvimento do grupo com uma atuação ativa nas cúpulas, Dilma Rousseff aproveitou o cenário internacional para mostrar as potencialidades econômicas do país aos demais atores internacionais e engajar nas relações bilaterais construídas pelo antecessor (BRAGA, 2017). Entretanto, a presidente concentrou uma porcentagem a mais nos esforços das pautas políticas sociais e de direitos humanos.

Em relação ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), houve a tentativa de negociação para assumir a presidência do banco mostrando interesse do Brasil, mas não foi possível no momento (BRAGA, 2017). Em suma, quanto à diplomacia da presidente aplicada no BRICS, Dilma teve êxito na intensificação do processo de institucionalização do BRICS marcando presença nas cúpulas agendadas para debaterem novas agendas, além de manter o foco em temas sobre: “Desenvolvimento sustentável; Importância das iniciativas multilaterais para a promoção dos países participante do BRICS; Importância da inserção de temas sociais

nas agendas internacionais; Necessidade de reforma das instituições internacionais” (BRAGA, 2017, p.66). Entre outros temas de relevância para a cooperação do desenvolvimento econômico em conjunto.

No próximo tópico o assunto a seguir será sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, na qual o Brasil foi sede e quais resultados foram proporcionados ao país visto ser um evento de grande porte, chamado de megaevento. Dessa forma, aplicando estratégias brandas da política internacional como o *soft power* para promover o mercado nacional ao mercado exterior. Além de aquecer o turismo nacional.

3.4 Copa do Mundo FIFA no Brasil 2014

O início do século XXI marcou a estreia de uma reconfiguração geopolítica e transformações notáveis no cenário internacional. Essa dinâmica propiciou a países com economias emergentes e em desenvolvimento a oportunidade de hospedar eventos de elevado aporte financeiro, como, por exemplo, a Copa do Mundo (GOMES; SIMÕES, 2021). Esse subtópico envolverá assuntos dos quais complementam a conjuntura política e econômica pertencentes ao período do evento Copa do Mundo FIFA 2014, assuntos de cunho político que influenciaram na política externa e econômica brasileira no governo Dilma Rousseff.

No âmbito dos países agrupados sob a sigla BRICS, essas dinâmicas não apresentaram dessemelhanças, proporcionando-lhes a oportunidade de evidenciar sua importância no cenário internacional, assim como de absorver os efeitos resultantes dos influxos de investimentos no país-sede. A título ilustrativo, destaca-se o Brasil, que, por ocasião da realização da Copa do Mundo FIFA em 2014, foi palco de um megaevento esportivo de destacada relevância (SIMÕES; GOMES, 2021).

Almejando mudanças na posição perante os países de economia em desenvolvimento, o Brasil intensificou sua participação nos blocos de cooperação econômica ao participar ativamente no BRICS e articula-se no G4 (Alemanha, Índia, Japão e Brasil) uma aliança desenvolvida na qual tais países do grupo objetivam obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. As articulações pontuadas foram utilizadas como estratégia de *soft power* ao mirar nos esportes, sediando a Copa FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016 (SIMÕES; GOMES, 2021).

Neste período de Copa, o Brasil ficou conhecido como o “tsunami esportivo” pelo presidente do CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira, dado ao desempenho desenvolvido desde os anos 2000 e a tentativa de mudar a sua imagem através dos esportes e o uso do diálogo diplomático (SIMÕES; GOMES, 2021).

A política está intrinsecamente interligada às diversas esferas de desenvolvimento de um Estado. O esporte, utilizado como ferramenta de soft power para atrair novos parceiros comerciais, representa uma estratégia política subjacente (SILVA, 2017). Na política internacional há dois tipos de poderes exercidos pelos Estados, sendo: hard power e o *soft power*. O hard power pode ser descrito como a última ferramenta aplicada para conquistar o que o ator internacional deseja, exercido por meio da força e ameaça (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018). No entanto, o soft power é considerado como uma ferramenta que por si, está descrito o seu significado, um poder brando e diplomático.

Almeida e Gutierrez (2018) destacam que o soft power segundo Nye, divide-se em três fortes pontos: cultura, política internacional e valores políticos. Neste contexto da Copa do mundo FIFA 2014, entende-se o exercício de poder da presidente Dilma firmado no *soft power* cultural, ao estabelecer os aspectos da sociedade civil brasileira naquelas atrações de maiores costumes no país, o futebol.

Diante da marcante influência do futebol no contexto brasileiro, a utilização dessa modalidade de soft power foi percebida como uma estratégia hábil na condução da política externa do Brasil. Uma vez que eventos de grande porte tal qual a FIFA 2014 serviu e serve de propaganda política no objetivo de o país sede ser enfoque na mídia internacional, ganha visibilidade do mundo sob uma ótica projetada pela própria política interna para mostrar o lado vantajoso daquele país e fomenta a economia com a visita de turistas nacionais e internacionais (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018).

Dado ao apontado acima, o Brasil como país com economia em desenvolvimento e sede do grande evento esportivo da copa do mundo FIFA 2014, se destacou pela apresentação da diversidade de povos e culturas (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018).

Além disso, foi possível ressignificar a importância das comunidades das quais existem nas grandes capitais brasileiras de forma que apaziguasse a imagem referente à elas, levando em consideração a imagem atribuída às comunidades de modo grosseiro a quem não conhecia a realidade para o cenário internacional (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018).

Assim como as artes e a cultura brasileira com o misto de nacionalidades envolvidas que formam a identidade brasileira, ocorreu a divulgação do país para o turismo internacional durante a copa do mundo FIFA 2014. Durante o evento, o Brasil teve a oportunidade de apresentar aos atores internacionais o desenvolvimento da economia nacional, contando com os pontos forte e fracos em destaque, mostrou o quão seria estratégico o investimento destinado ao país tendo em vista a abundância dos recursos naturais e produções locais industriais (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018).

O esporte configura-se como uma ferramenta de soft power empregada na consecução dos interesses dos Estados, sendo assim parte integrante da estrutura de poder dos países, conforme delineado por Jesus (2014). Nesse contexto, o esporte e a diplomacia entrelaçam-se, sendo instrumentalizados pelos governos como elementos fundamentais na condução de suas políticas (JESUS, 2014).

Conforme salientado por Jesus (2014), o esporte assume um papel significativo ao proporcionar uma via para mitigar conflitos entre nações que, em grande parte, não encontram convergência em diversas pautas da política internacional, tais como: Direitos Humanos, soberania, território, entre outros. Assim, essa abordagem estrutura-se, segundo Jesus (2014), em duas categorias sob a égide da política, destacando uma delas, a interconexão do esporte com a comunicação como meio propulsor de negociações diplomáticas entre os atores estatais e não estatais.

Nos países em desenvolvimento, exemplificado pelo caso do Brasil, a utilização do soft power emerge como uma ferramenta estratégica na busca pela melhoria da imagem e postura que se almeja projetar internacionalmente (BETTINE; GUTIERREZ; GRAEFF, 2022). Conforme apontam Bettine, Gutierrez e Graeff (apud NYE, 2022) as teorias desenvolvidas pelo cientista Nye fundamentam a abordagem de uma diplomacia suave, considerando a abordagem militar e econômica como menos viáveis e eficientes para atingir os objetivos almejados.

No contexto brasileiro, a decisão de sediar uma Copa do Mundo representou um desafio significativo, sendo concebida como uma estratégia para aprimorar a projeção internacional do país, englobando as vantagens competitivas que o Brasil detém para explorar (BETTINE; GUTIERREZ; GRAEFF, 2022). Os eventos transcorreram mesmo diante da instabilidade política interna, período em que a política doméstica enfrentava a possibilidade de expor uma realidade negativa.

Com o intuito de evitar que as questões internas predominassem durante o período festivo, com os olhares internacionais voltados para o Brasil, o Estado implementou medidas para promover a pacificação. Contudo, essas ações não se desdobraram conforme esperado, resultando em manchetes repletas de críticas e ironias sobre a realidade brasileira nos periódicos internacionais. Ademais, a mídia internacional considerou relevantes as abordagens relacionadas à diversidade e à estrutura familiar, destacando-se veículos como "El Mundo" (BETTINE; GUTIERREZ; GRAEFF, 2022).

Em síntese, ao abordar o tema do exercício do soft power pelos governos democráticos brasileiros, particularmente o governo de Dilma Rousseff (2011-2014), é evidente a aplicação de uma estratégia convencional da política externa brasileira. Esta estratégia se vale da

diplomacia e da reputação acolhedora que o Brasil ostenta como parte integrante de sua identidade no cenário internacional.

Consoante aos demais megaeventos esportivos, a Copa FIFA 2014 desencadeou uma significativa movimentação financeira na economia interna brasileira, impactando setores como turismo, hotelaria, mercados, restaurantes e construção civil (SANTOS, 2017). Segundo Santos (2017), no âmbito macroeconômico, englobando o Produto Interno Bruto (PIB), inflação e emprego, a Copa exerceu influência direta nos resultados ao registrar investimentos público-privados da ordem de R\$8 bilhões.

As atividades econômicas beneficiadas pelo evento concentraram-se principalmente no setor turístico, evidenciando crescimentos exponenciais que superaram as projeções iniciais em 80%, culminando em um aumento total de 132% no fluxo turístico. Este aumento abrangeu as 12 cidades-sede da Copa FIFA (SANTOS, 2017). De acordo com Santos (2017, p.209), o efeito sobre a alavancagem econômica estendeu-se à receita internacional, registrando movimentação de U\$805 milhões, incluindo despesas relacionadas ao transporte público dos turistas e passagens aéreas no período entre junho e julho de 2014.

Apesar da natureza temporária das mudanças ocasionadas pela Copa no Brasil, estas proporcionaram ao país um cenário propício para o desenvolvimento do setor turístico, conferindo-lhe impulso no mercado e proporcionando experiências marcantes aos turistas internacionais, estimulando possíveis retornos futuros (SANTOS, 2017). O transporte aéreo, percebido como ponto focal pelo governo diante da previsão de um expressivo aumento no número de viagens para o Brasil, foi objeto de atenção e investimentos por meio dos recursos do BNDES (SANTOS, 2017).

A fim de prevenir possíveis problemas futuros, o governo brasileiro canalizou investimentos, provenientes do BNDES, para o setor logístico (SANTOS, 2017). Dessa forma, conforme destacado por Santos (2017), tais investimentos não apenas impulsionaram a área de construção, gerando oportunidades de emprego, mas também propiciaram melhorias nos serviços relacionados à logística, complementando as áreas de maior envergadura, como o setor de construção civil.

A Copa FIFA 2014 assume um papel marcante na história e política interna brasileiras, promovendo mudanças econômicas que repercutiram até mesmo no calendário das empresas. Este impacto incluiu a adoção de pontos facultativos para envolver a população no evento, bem como a flexibilização das regras de importação e exportação, visando a competitividade do mercado interno e o aumento do giro de capital em uma economia menos protecionista (SANTOS, 2017).

Em síntese, diante do contexto interno permeado por manifestações e críticas dos meios de comunicação internacional, enfatizando aspectos negativos que necessitavam de melhorias e que deveriam constituir prioridades da política pública, a realização da Copa FIFA, como um megaevento esportivo em um país em desenvolvimento, testemunhou o aquecimento dos setores comerciais nas cidades-sede do Brasil. Isso abrangeu diversos segmentos econômicos, desde o varejo de calçados, com incremento nas vendas em torno de 50%, até o setor logístico, englobando o transporte aéreo (SANTOS, 2017).

Diante do contexto econômico global em que o governo atuou, é possível compreender a instabilidade desse cenário, a qual impactou a economia nacional. Ademais, percebe-se que sediar grandes eventos como a Copa do Mundo FIFA nem sempre resulta em ganhos positivos e duradouros para o país anfitrião, como observado nos casos brasileiro e sul-africano.

A política externa de um país é suscetível às influências decorrentes do seu cenário interno, da mesma forma que a política doméstica sofre. No capítulo subsequente, será abordado a análise do desempenho da balança comercial brasileira no período compreendido entre 2011 e 2014.

Nesse contexto, torna-se pertinente destacar que durante este período houve intervenções de ordem econômica que resultaram no acentuado aumento das importações em comparação com as exportações. Tal disparidade culminou na configuração de um déficit no balanço comercial do Brasil, assim como no comprometimento da eficácia do planejamento em favor da promoção do setor empresarial público (SILVA, 2017).

O capítulo 4, abordará a análise da balança comercial brasileira, delineando os desdobramentos do desempenho da economia interna e explorando de que maneira o cenário internacional exerceu influência sobre a referida balança. Isso se justifica pela interconexão entre as políticas interna e externa, ambas convergindo na busca pelo desenvolvimento socioeconômico e político do país.

CAPÍTULO 4: BALANÇA COMERCIAL E SUAS DINÂMICAS NO GOVERNO DILMA (2011-2014)

A dinâmica da balança comercial dá-se pelas variáveis econômicas que afetam diretamente o seu comportamento (BRAGA; ROSSI, 1987). Sendo assim, as variáveis que influenciam são as elasticidades de curto e longo prazo, as de curto prazo são definidas pelo período de tempo determinado em mês ou trimestre.

No caso da elasticidade em longo prazo, elas não possuem um tempo definido, podendo ser datado por alguns anos (BRAGA; ROSSI, 1987). Abordar sobre as dinâmicas da balança comercial, auxilia no entendimento do tema na qual está delimitado no assunto sobre o governo Dilma (2011-2014) neste capítulo desenvolvido.

De acordo com a literatura de comércio internacional, na busca de obter efeitos positivos na balança comercial desenvolveram duas estratégias, sendo elas: a abordagem da absorção e abordagem monetária. A primeira trabalha com a desvalorização cambial, justificando que a desvalorização gera melhoras na balança visto do aumento e incentivo na produção do mercado interno, uma deterioração dos termos de troca e estimula o consumidor interno na substituição de produtos importados pelos bens nacionais, logo havendo um conjunto abrangente para a garantia dos resultados estipulados (BRAGA; ROSSI, 1987).

Contudo, a segunda abordagem citada pela literatura, sendo ela a abordagem monetária, trabalha com uma visão diferente ao enfatizar que a desvalorização cambial gera alta nos preços das mercadorias internas, gerando desfecho da redução monetária (BRAGA; ROSSI, 1987).

Assim, com a aplicação da primeira estratégia, o consumidor passa a comportar-se de modo que reequilibra o mercado monetário ao reduzirem as compras de bens importáveis e exportáveis resultando no superávit (BRAGA; ROSSI, 1987). Braga e Rossi (1987) argumentam que existem vários fatores dos quais sequele a balança, um dos principais são: os níveis de renda doméstica, níveis de renda mundial e a taxa de câmbio real.

No entanto, esta prática apenas consegue ser sucedida levando resultados positivos na balança para os países em desenvolvimento pela justificativa de que utilizam a moeda estrangeira nas operações de importações, assim mantendo as operações de exportação com o uso da moeda doméstica (BRAGA; ROSSI, 1987). No caso brasileiro, visando resultados de longo prazo, a técnica de desvalorizar o câmbio sucede com desfecho positivo na balança comercial.

Durante o primeiro mandato da presidente Dilma, a política comercial adotada visou proteger o mercado interno, visto ainda estar se recuperando das crises econômicas iniciadas

anos antes de seu mandato. Cassano et al. (2017) aponta que foi dado como prioridade da política comercial a proteção aos setores dos quais competiam diretamente com as importações, causando consequências de lentidão na competitividade do mercado interno com o internacional.

Tal lentidão provocou déficit comercial, no caso de déficit na balança o país começou a debilitar-se perante os cenários futuros e retratou um quadro pessimista no mercado interno. Como modo de reverter os resultados, o Banco Central interveio na economia e desvalorizou a moeda local. A desvalorização ocorre com objetivo de impedir futuras dificuldades sobre as atividades de importações praticadas pela sociedade civil (CASSANO et al., 2017).

As iniciativas de política externa durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, contextualizadas em relação ao panorama político e econômico global, foram direcionadas de maneira a salvaguardar o mercado doméstico. Em suma, priorizaram-se as relações com os países membros do MERCOSUL, visando reforçar os laços estabelecidos com nações vizinhas com finalidades comerciais. Além disso, empenharam-se na construção de relações sólidas com a República Popular da China, culminando na contribuição para o fortalecimento econômico da mencionada nação chinesa, como registrado por Cassano et al. (2017).

O próximo tópico tem como debate a gestão da política macroeconômica do governo Dilma, a fim de dissecar os acontecimentos nos setores da economia doméstica ao apontar as causas que levaram ao resultado final do primeiro mandato da presidente. Dessa forma, a análise dos autores filtrados para o desenvolvimento da análise carrega em peso no debate discorrido ao longo do trabalho.

4.1 Gestão da política macroeconômica do primeiro governo Dilma (2011-2014)

Na esfera macroeconômica, frequentemente se discute a respeito do desenvolvimento industrial do país. Neste debate, costumeiramente a competitividade está em destaque tendo em vista a pretensão por uma rentabilidade constante das empresas industriais (MELLO; ROSSI, 2017).

Desse modo, a cobrança do assunto no âmbito político é reforçada repetidas vezes, por consequência entra para a pauta do governo na intenção de garantir os requisitos postos pelo público empreendedor, tais como: redução de custos dos insumos, condições para a garantia de alta competitividade na indústria, juros baixos e ações que gerem desvalorização nas taxas de câmbio (MELLO; ROSSI, 2017).

O paradigma concebido com o propósito de catalisar investimentos e mitigar a volatilidade da oferta e demanda domésticas refere-se ao enfoque industrialista adotado durante o governo da Presidente Dilma Rousseff. Este modelo, contudo, demonstrou insucesso ao confrontar os impactos adversos advindos da conjuntura econômica externa, particularmente no período subsequente à crise de 2008, testemunhado pela mencionada mandatária (MELLO; ROSSI, 2017).

Os autores destacam, em sua análise, a consideração da competição externa no âmbito industrial, bem como a fragilidade da pauta exportadora atribuída às restrições na expansão do crédito. Estes elementos emergem como determinantes que influenciaram diretamente o governo na formulação de novas estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico do país no pós-crise de 2008.

Posto isso, ao deparar-se com um cenário macroeconômico desafiador para o crescimento político e econômico do país, a gestão de Dilma Rousseff tomou a decisão de repaginar o modelo de avanço implementado pela gestão passada na política macro. O modelo desenvolvido tinha como objetivo impulsionar os investimentos direcionados para políticas públicas produtivas, sendo assim, reforço para a correção da instabilidade na demanda e oferta na economia brasileira que reagia frente aos aumentos do déficit externo (MELLO; ROSSI, 2017).

Uma abordagem divergente em relação à administração anterior, a estratégia do governo anterior a Dilma, se destacou por meio de um modelo econômico que centralizou suas iniciativas na adoção de incentivos como resposta à crise internacional. Esse enfoque foi caracterizado pela implementação de uma política fiscal vigorosa e pelo aumento substancial dos investimentos públicos (MELLO; ROSSI, 2017).

No entanto, Dilma Rousseff, baseou-se em políticas que visassem a oferta no intuito de entusiasmar o setor privado com a redução dos custos de produção das indústrias nacionais. Um método intensamente criticado durante o seu governo, principalmente pelo público empresarial devido a forma na qual foi aplicada, atingindo o rompimento do apoio dado à presidente (MELLO; ROSSI, 2017).

Inicialmente, a gestão da presidente elaborou políticas de reajustes fiscais que resultaram na superação da meta logo em 2011, e para alcançar tais resultados não foi necessário descontar gastos dos valores aplicados no PAC – Programa de Aceleração e Investimento, tornando positivo para a gestão. Contudo, Dilma enxergou a economia brasileira em processo

de recuperação, mas de maneira lenta a ponto de o déficit externo continuar a inflar, logo a presidente passa a conduzir sua política fiscal de modo a impactar diretamente os investimentos públicos, ocasionando na desaceleração do PIB, importante fator comparativo no desenvolvimento do país (MELLO; ROSSI, 2017).

Mello e Rossi (2017) aponta que uma das medidas para reverter os números apresentados na desaceleração do PIB e como alternativa viável na visão da presidente para o ano seguinte de seu mandato, seria a aplicação de outras estratégias contracionistas que viesse implementar políticas econômicas expansionistas mais brandas na área fiscal e monetária.

Como consequência do plano econômico expansionista aplicado no ano de 2012, notou-se o crescimento na taxa dos gastos públicos acerca do PIB, prolongando até meados de 2015. No entanto, ao analisar os gastos primários dos quais cresceram em relação ao PIB desde 2012 a 2015, percebe-se que o governo Dilma obteve gastos menores que de seu antecessor, visto que a taxa de crescimento real reduziu com as estratégias aplicadas.

Dados que se observam na primeira gestão da presidente (2011-2014) são aqueles referentes à receita pública, das quais obteve o comportamento lento e distante da média registrada na história da economia brasileira, com um ritmo registrado de 1,5% no período assumido por Dilma Rousseff, enquanto isso foi possível que as despesas fossem controladas ao longo do mandato. Esse dado possivelmente poderia explicar a deterioração dos resultados fiscais apresentados, tendo em vista a conduta das receitas, na qual gerou debates entre economistas alegando o fator da elasticidade apresentar declínio no sistema tributário, além do decréscimo do superávit primário, resultando na alta do déficit nominal (MELLO; ROSSI, 2017).

Contudo, ao ter ciência das variáveis que influenciam diretamente no desenvolvimento do PIB: investimentos públicos; as desonerações e pagamentos de juros contidos nas dívidas públicas do país, a política fiscal tende a ser considerada de suma importância nas atribuições estratégicas visadas para a melhoria da economia macro do país (MELLO; ROSSI, 2017).

Porém, quando se analisa a gestão de Dilma, nota em suma que ao invés de haver um rápido crescimento nos investimentos públicos como ocorreu em meados de 2010, ocorreu um aumento nos gastos correntes resultando na elevação das desonerações e subsídios. Dessa forma, favorecendo de alguma maneira as pautas apontadas nas estratégias industrialistas, ao manejar a política fiscal como apoio na lucratividade do investidor privado, o apoio seria derivado das desonerações obtidas, logo sendo possível o controle de preço sobre os produtos (MELLO; ROSSI, 2017).

A presente seção tem como propósito elucidar os impactos identificados na balança comercial, conforme analisado no estudo de caso em questão. Nesse contexto, a correlação entre o ambiente externo e as consequências na balança comercial do Brasil evidencia a estreita interdependência entre ambos, destacando a influência direta da instabilidade externa na economia doméstica de um Estado. Tal análise considera a significativa ponderação da globalização sobre as decisões políticas.

4.2 Análise dos impactos na balança comercial

Dada a precedente discussão, que se correlaciona com os desdobramentos da balança comercial brasileira, torna-se imperativo abordar o tema a fim de ressaltar a política macroeconômica da administração Rousseff e seu impacto substantivo na formulação de novas políticas públicas de cunho desenvolvimentista. A balança comercial é uma maneira de registrar os impactos das importações e exportações realizadas no país, sendo eles: produtos ou serviços (BEZERRA; FERNANDES, 2021).

Visto isso, a análise da balança comercial de um país parte de duas abordagens: absorção e monetária (CASSANO et al., 2017). Na abordagem da absorção, a estratégia de reduzir os termos de troca, aumentar a produção e priorizar a compra de bens nacionais no lugar dos importados, causa uma melhoria nos resultados da balança comercial. E na abordagem monetária, tal visão é compreendida de modo diferente, visto que a desvalorização da moeda acarreta a alta dos preços e reduz o dinheiro disponível nos caixas dos bancos para saques em espécie, os chamados “encaixes monetários” (CASSANO et al., 2017).

Logo mais, com a estratégia dos consumidores importando menos e exportando mais, as exportações em alta resultam na recomposição dos encaixes monetários, gerando os superávits (CASSANO et al., 2017).

Ademais, importantes fatores que influenciam fortemente a balança comercial julgam-se os preços do mercado interno, competitividade do mercado externo e as taxas de câmbio (CASSANO et al., 2017). Sendo assim, no governo Dilma foi possível observar a alta nas exportações logo no início do mandato, mas com o passar da gestão o gráfico foi reduzindo.

Enquanto isso, nota-se a oscilação constante nas importações na qual em 2011 estava em baixa e no ano de 2013 cresceu fortemente, logo reduzindo no último ano do primeiro mandato. Contudo, o gráfico das exportações não acompanhou tal oscilação, reduzindo a cada ano.

De acordo com os dados apresentados pelo site ADVFN (2011) ano de 2011 a gestão apresentou superávit na balança comercial, no valor total de US\$ 29,79 bilhões sendo o

resultado de US\$ 256,04 bilhões em exportação de bens e serviços subtraídos pelo total de importações em US\$ 226,25 bilhões e com taxas de coberturas registradas em 113,17% finalizando o mês de dezembro em US\$ 3,82 bilhões. As taxas de coberturas são aquelas resultantes da somatória entre exportações e importações.

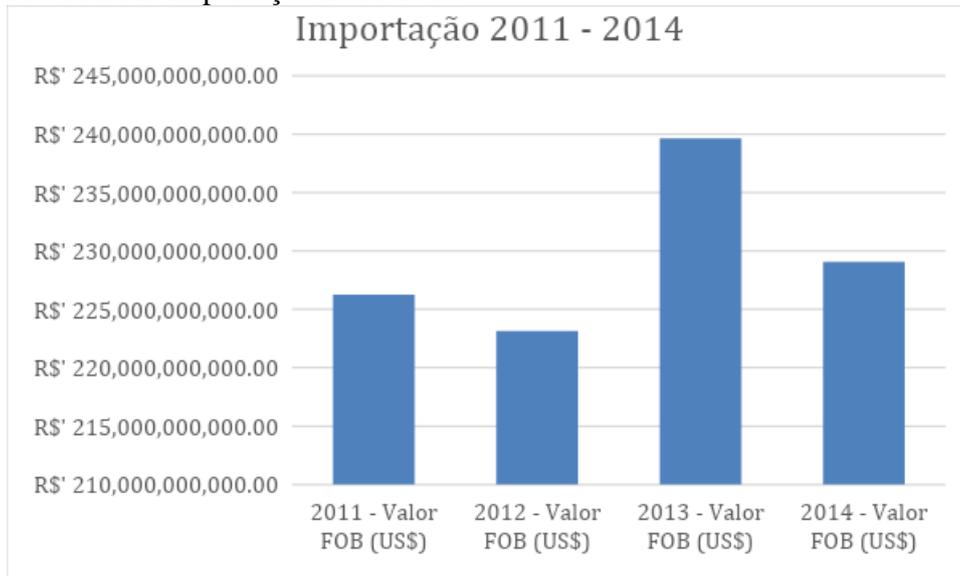
O gráfico reproduzido no trabalho, consta o resultado final da balança comercial de cada ano analisado. Sendo assim, possível a leitura sobre a política comercial do governo Dilma (2011-2014)

FIGURA 1: Exportação 2011-2014



Fonte: ADVFN, 2023. (Dados organizados pela autora)

FIGURA 2: Importação 2011-2014



Fonte: ADVFN, 2023. (Dados organizados pela autora)

No que tange ao ano de 2012, a análise produzida através da leitura sobre os gráficos de importação e exportação, considera-se um ano estável e em processo inicial de desenvolvimento da política externa e comercial do governo Dilma. Portanto, não significa que foi tranquilo, visto que estava havendo adaptações de estratégias na aplicação da política comercial. Dessa maneira, os números resultantes do saldo da balança comercial registrado no final do ano, foram: superávit registrado em U\$19,44 bilhões, sendo U\$242,58 bilhões em bens e serviços exportados para U\$223,14 bilhões de bens e serviços importados (ADVFN, 2023).

Sintetizando o cenário da conjuntura econômica, no ponto de vista da economia foi um ano desafiador, principalmente para a produção industrial (IPEA, 2012). Na medida em que finalizava o primeiro trimestre os resultados eram de acúmulo na variação negativa de -3% na área industrial, um campo que acerta diretamente no crescimento do PIB (IPEA, 2012). Um dos setores que demonstrou solidez, logo crescendo em 1,5% , registra-se no setor de serviços.

Ao analisar o gráfico, a interpretação dos dados de importação e exportação durante o período selecionado possibilita a percepção de que, em 2013, as importações experimentaram um aumento notável em virtude do contexto econômico vigente. O registro correspondente a esse ano revelou um superávit de U\$2,56 bilhões, montante distribuído entre importações e exportações, sendo que as importações atingiram a cifra de U\$239,617 bilhões de dólares (ADVFN, 2023).

A comparação desses dados com o ano precedente, ou seja 2012, revelou resultados desfavoráveis, considerando que as influências econômicas externas exercem impacto direto no

saldo da balança comercial brasileira. É relevante observar que o câmbio inicial de R\$2,04 para o dólar no início do ano contrastou com o encerramento em R\$2,35 (ADV N, 2023).

No caso do ano de 2014, o encerramento obtido foi de déficit na balança comercial ao registrar o saldo de U\$3,959 bilhões distribuídos entre as atividades de importados e exportados (ADV N, 2023). A taxa de cobertura da balança comercial (BC) em 2014 apresentada foi uma média de 9,27% dada a importação pela exportação visto que a economia interna estava em estágio de recuperação, no entanto, ainda com um quadro político-econômico lento no desenvolvimento (ADV N, 2023).

De acordo com os dados do IPEA (2014), o nível do *quantum* de exportação apresentava uma porcentagem de 20% inferior ao comparado com os resultados anteriores à crise financeira de 2008. Ademais, ocorreu queda no nível do *quantum* das importações assim como nas exportações, essa queda é considerada uma ferramenta indicativa de como está o desempenho da demanda doméstica (IPEA, 2014). Desse modo, as exportações de bens e serviços registraram encolhimento de 3,3% no trimestre, levando em conta a vivência de um cenário menos favorável na expectativa formada pelos mercados importantes para o Brasil, sendo eles: Argentina e China (IPEA, 2014).

A situação econômica descrita ao longo do capítulo apresentou os desafios enfrentados pela política comercial e externa do governo Dilma, a tentativa de viabilizar e propiciar a retomada do desenvolvimento econômico do país foi desafiador, porém, o desafio do qual marcou encontra-se na busca de solucionar o desequilíbrio da balança comercial.

Segundo o IPEA (2014), os indicadores de economia pontuaram um cenário de estagnação definido pela desaceleração do consumo de bens e serviços na qual reunia a baixa produção industrial brasileira. Tal resultado influencia nas demais áreas de desenvolvimento ao atingir a criação de vagas de emprego e a lentidão nos ganhos reais nas rendas familiares. No mais, a relação com o público empresarial sendo de suma importância, reduziu ao ponto de gerar incertezas de uma relação futura.

No segmento subsequente, o assunto a ser abordado destaca a análise sobre a condução da política comercial na visão dos analistas políticos, pontuando as falhas encontradas ao longo do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff. Essa análise tem como intuito promover discussões sobre a condução da política externa brasileira e seu impacto no contexto da economia nacional. Destaca-se a relevância desse tema, dada a sua atualidade e as demandas prementes da contemporaneidade.

4.3 Análise Da Política Comercial Do Governo Dilma

No primeiro mandato da presidente, o PIB obteve crescimento médio de 2,1% ao ano, um baixo progresso quando comparado ao governo anterior e à economia da América Latina dado ao mesmo período, visto que o desempenho da economia da região do continente americano foi de 2,9% ao ano (CORSI, 2016). Este tópico tem como objetivo retratar o desenvolvimento da política comercial do governo Dilma, acompanhado por análises sobre o desempenho adquirido ao longo do primeiro mandato.

Consoante à interpretação de Cervo e Lessa (2014), o governo sob a gestão de Dilma Rousseff confrontou deficiências nos domínios externos do país, desconsiderando a consolidação do setor empresarial e a internacionalização dos eventos, o que culminou em uma deterioração no cenário comercial. Estes estudiosos indicam que analistas das relações internacionais empregam o declínio internacional subsequente à transição de governos, caracterizado pela falta de direcionamentos claros acerca das ações estratégicas da política externa, como evidência para fundamentar as lacunas na administração Rousseff na condução da política comercial brasileira (CERVO; LESSA, 2014).

Conforme assinalado por Cervo e Lessa (2014), a ausência de uma estratégia de Estado, quando examinada numa perspectiva externa, aliada à carência de políticas públicas eficazes na esfera econômica, tem acarretado múltiplos obstáculos ao progresso da política comercial externa do Brasil. Esta conjuntura resultou na deterioração da imagem do país como uma economia estável e atrativa para investimentos estrangeiros, além de uma política externa caracterizada por posturas assertivas, que engloba a ausência de diálogo com a comunidade empresarial e industrial, por parte da presidente (CERVO; LESSA, 2014).

No mais, ao acrescentar análises sobre o PIB brasileiro, apontam quedas no desempenho industrial; das exportações; produção de manufaturados e no crescimento econômico (CERVO; LESSA, 2014). Segundo Corsi (2016) performance do PIB com desempenho baixo esteve acompanhado por uma inflação empatadas com o teto definido pela pasta econômica, especificamente, pelo Conselho Monetário Nacional (6,5%).

Uma vitória em meio a um contexto de crises econômicas e recessões, Dilma Rousseff apostou nas medidas de contenção a crise pelo antecessor, através da elevação gradual das taxas de juros em conjunto com restrições ao crédito e o aumento das exigências de capital dos bancos, além de conter os gastos públicos (CORSI, 2016).

Dado a desaceleração do crescimento do PIB no primeiro ano de mandato, a justificativa pauta-se pelo crescimento dos danos provocados pelas contas externas. Desse modo, foi

apresentado pela presidente uma postura diferente no ano seguinte, sendo assim mais firme e protecionista (CORSI, 2016). Tal postura gerou desagrado pelo público empresarial contribuindo para o impedimento de novos investimentos no país.

Corsi (2016) indica que, dado o insucesso inicial das primeiras medidas de contenção da crise, a Presidente adotou uma abordagem divergente ao reduzir as taxas básicas de juros, buscando estimular o consumo interno e atrair novos investimentos. Além disso, essa reversão visava mitigar as dívidas públicas, as quais impactavam positivamente os resultados do Produto Interno Bruto (PIB). Com o intuito de favorecer os setores econômicos mais vulneráveis, Dilma implementou medidas protecionistas, visando atenuar a concorrência externa e promover uma competição menos intensa (Corsi, 2016).

Em decorrência das medidas implementadas nos setores industriais e da relação conflituosa entre o setor empresarial e o governo, o término do primeiro mandato resultou em um registro deficitário na balança comercial de 2014 (PEREIRA, 2016). Segundo Pereira (2016), após um período de 13 anos com superávit na balança comercial, o país experimentou um déficit de aproximadamente US\$4 bilhões em 2014, despertando o alerta sobre as contas externas, nesse mesmo ano por efeitos da desvalorização cambial houve a redução no nível de atividades comerciais.

Em síntese, ao longo do mandato da presidente, observa-se uma extensa trajetória na balança comercial, caracterizada por flutuações no valor da moeda nacional, destacando-se desvalorizações cambiais recorrentes de 2011 a 2014, totalizando um percentual de 47%. A última desvalorização ocorreu em meados de 2003 (PEREIRA, 2016).

Todas as desvalorizações verificadas durante o período da administração de Dilma Rousseff foram resultado de um contexto político e econômico instável, permeado por crises financeiras presentes no Sistema Internacional, evidenciando o desequilíbrio no panorama do capitalismo global (PEREIRA, 2016). É incontestável que eventos externos exercem influência significativa na economia de países em desenvolvimento, uma vez que a volatilidade cambial afeta profundamente essas nações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente pesquisa, foi viável discorrer acerca das intervenções externas na condução da política externa durante o governo de Dilma Rousseff, as quais influenciaram resultados subsequentes na balança comercial. Cabe ressaltar que a mencionada balança é constituída pelo saldo resultante das transações de bens e serviços exportados e importados, os quais propende a registrar superávits e déficits em consonância com o contexto externo. Tal dinâmica é também influenciada pela política cambial adotada pelo país em questão, assim como pelo comportamento do público doméstico, configurando-se, dessa forma, um conjunto complexo de fatores.

Dessa maneira, visando responder à pergunta central da pesquisa, esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O segundo deles aborda a fundamentação teórica sobre a política externa e seu comportamento, analisando os atores que desempenham um papel crucial em sua formulação e execução, bem como examinando a influência desta política na condução dos assuntos domésticos do país. Nesse contexto, são apresentadas as características e a funcionalidade da política externa como uma política pública distinta, diferenciando-se das demais políticas domésticas pela sua abrangência internacional. Destaca-se sua aplicabilidade em prol do bem social e do desenvolvimento nacional.

No terceiro capítulo, a abordagem delineada concentrou-se na análise dos eventos internacionais que, em algum grau, influenciaram as decisões tomadas pelo governo de Dilma Rousseff. Os eventos internacionais representam fatores que exercem impacto sobre o comportamento individual dos Estados, assim modificando a trajetória econômica e política inicialmente adotada. Especificamente, a política externa é suscetível a influências decorrentes de novos contextos conjunturais.

Nesse contexto, os eventos destacados ao longo do capítulo, que detiveram considerável relevância, incluíram a crise financeira de 2008, cujas ramificações perduraram durante o governo Dilma. Esse acontecimento afetou os resultados das exportações brasileiras e o setor industrial, uma vez que a recuperação de uma crise internacional substancial contribuiu para a desaceleração da economia brasileira. As medidas de contenção inicialmente adotadas para mitigar os impactos desse evento tiveram que ser ajustadas em busca de resultados mais favoráveis para o país.

O segundo evento analisado neste estudo centrou-se nas manifestações populares conhecidas como "Primavera Árabe". Este acontecimento resultou em um cenário de fragilidade para a política externa brasileira, considerando a relação comercial entre o Brasil e os países onde as manifestações ocorreram. Além disso, esses eventos impactaram os princípios

dos Direitos Humanos, uma temática que a presidente abordava regularmente em seus discursos durante eventos oficiais, enfatizando sua postura de não apoio a violações dos Direitos Humanos sem, contudo, interferir na soberania desses países.

Como terceira ocorrência citada, as articulações do governo com o BRICS ao demonstrar interesses em desempenhar relações comerciais sólidas com os membros do acrônimo, como também desenvolver demais projetos que visam a alavancagem econômica e política do país com o BRICS. No entanto, as articulações com o acrônimo mostraram o quão o Brasil estava com a economia limitada dado ao protecionismo adotado como medida de tornar a competitividade do mercado externo menos injusta com a concorrência interna.

Houve êxitos da presidente no BRICS na colaboração da institucionalização do acrônimo, além de progredir com as pautas que o Brasil considera relevantes para o desenvolvimento econômico interno (desenvolvimento sustentável). Com isso, o último evento na qual marcou profundamente o governo Dilma: Copa do mundo FIFA 2014.

A copa gerou instabilidade no país dado ao cenário desfavorável que ocorria naquele determinado momento, instabilidade na política interna com muitas manifestações populares em prol de melhorias das políticas públicas, em conjunto com o cenário econômico internacional que culminou no déficit da balança comercial devido às intervenções de ordens econômicas levando ao aumento de importações de bens e serviços, e queda do registro positivo das exportações.

No curto prazo, a diplomacia branda com o uso do soft power cultural foi uma estratégia que gerou aquecimento na economia interna, dado ao número de turistas estrangeiros no Brasil para presenciar o evento, também na movimentação nos mercados, hotéis, restaurantes entre outros comércios nacionais que receberam os visitantes. No entanto, o aquecimento da economia centralizou-se apenas nas cidades que sediaram a copa, enquanto que as demais cidades foram invisibilizadas.

Posteriormente à realização do megaevento, o registro econômico revelou-se desfavorável, evidenciando impactos negativos decorrentes dos gastos necessários para a organização do referido evento de grande porte. Essa constatação permite inferir que os megaeventos não garantem, necessariamente, um saldo econômico positivo para o país anfitrião, uma vez que o desenvolvimento econômico do país desempenha um papel preponderante nos resultados finais.

Contudo, a ênfase do quarto capítulo recaiu de maneira mais específica sobre a balança comercial e a orientação da política externa adotada pelo governo em relação à política comercial. As constatações obtidas na análise conduziram à conclusão de como as medidas

econômicas e o contexto político exercem uma influência direta no resultado da balança comercial, uma vez que este setor demanda a atenção estratégica da política externa nas negociações, visando atrair investimentos estrangeiros diretos.

As estratégias implementadas pela presidente configuraram uma política de investimento que desencorajou a entrada de novos investidores estrangeiros, em virtude das instabilidades cambiais e da insegurança percebida no meio empresarial, considerando a relação deste último com o governo. Portanto, ao longo da presente pesquisa, os acontecimentos apresentados foram capazes de oferecer uma resposta à questão central, elucidando de que forma a política externa exerceu influência nos resultados da balança comercial ao longo do quadriênio de mandato.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. FOREIGN POLICY ANALYSIS: An Overview. In: Foreign Policy Analysis: new approaches. Nova York: **Routledge**, 2017. Disponível em: <https://www.routledge.com/Foreign-Policy-Analysis-New-Approaches/Alden-Aran/p/book/9781138934290>. Acesso em: 7 set. 2023.
- ALMEIDA, M. B.; GUTIERREZ, D. O Soft Power do Brasil e a Cobertura da Mídia Internacional da Copa do Mundo da FIFA 2014. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte**, v. 21, n. 2, p. 226–257, 2018. DOI: 10.35699/1981-3171.2018.1841. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1841>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BASILIO, Flávio Augusto Correa; OREIRO, José Luís da Costa. A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira à la Minsky. *Brazilian Journal of Political Economy*, [s. l.], ano 9, v. 29, ed. 1, p. 133-149, 29 jan. 2009. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/474>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mai. 2023.
- BRAGA, HELSON C.; ROSSI, JOSÉ W. A dinâmica da balança comercial no Brasil, 1970-84. **REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA**, UFRJ, ano 87, v. 41, n. 2, p. 237-248, 1 abr. 1987. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/381>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL, Presidente (2011: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York, Estados Unidos, 21 de setembro de 2011**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-na-abertura-do-debate-geral-da-66-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-21-09-2011>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BAUMANN, Renato. O BRICS: desafios para o Brasil. In: NETO, Walter Antonio Desiderá et al. **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: IPEA, 2018. cap. 7, p. 168-188. ISBN 978-85-7811-334-6. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Pol%20externa%20brasileira%20em%20debate_dimens%20e%20estrat%20e%20insere%20a%207%20a3o.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BETTINE, Marco; GUTIERREZ, Diego; GRAEFF, Billy. AS REPORTAGENS DAS MÍDIAS ESTRANGEIRAS SOBRE O BRASIL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: SOFT POWER, PERIFERIA E DEPENDÊNCIA. **Movimento Revista de Educação Física**, Porto Alegre, ano 22, v. 24, n. 4, p. 1353-1368, 12 jun. 2022. DOI <https://doi.org/10.22456/1982-8918.82438>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/fSsLsPdKNChQx8YpgWNYhZy/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BEZERRA, Willian Ramires Pires; FERNANDES, Nelson da Cruz Monteiro. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE INOVAÇÃO E OS RESULTADOS RECENTES DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, ano 21, v. 15, ed. 2, p. 181-209, 25 jun. 2021. DOI <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.49234>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/49234>. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Presidente (2011–2014: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas** - Nova York, Estados Unidos, 21 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-na-abertura-do-debate-geral-da-66-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-21-09-2011>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; FARHI, M.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P. de; CINTRA, M. A. M.; HERMANN, J.; MENDONÇA, A. R. R. de; FILHO, F. F.; PAULA, L. F. de; SICSÚ, J.; OREIRO, J. L. da C.; BASILIO, F. A. C.; GALA, P. The 2008 financial crisis. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 133-149, 2009. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/474>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BIJOS, L. M. D.; SILVA, P. A. DA. ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE: Um Estudo de Caso sobre a Revolução Jovem no Egito. **Revista CEJ**, v. 17, n. 59, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1677>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CASSANO, F. A.; CAMELO, D. H.; PADILHA, F. P.; PEREIRA, M. M.; DO PRADO, M. D.; MACHADO, V. F. Política Externa Brasileira nos Governos FHC, Lula e Dilma: efeitos na balança comercial e no produto interno bruto brasileiro: Brazilian Foreign Policy Government FHC, Lula and Rousseff. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 6, n. 1, p. 61–89, 2017. DOI: 10.36311/2237-7743.2017.v6n1.05.p61. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5986>. Acesso em: 19 maio. 2023.

CASTILHO, Marta; MIRANDA, Pedro. TARIFA ADUANEIRA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INDUSTRIAL: A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO TARIFÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO 2004-2014. In: MESSA, Alexandre; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **A Política Comercial Brasileira em Análise**. Brasília: IPEA, 2017. cap. 1, p. 13-74. ISBN 978-85-7811-316-2. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8345/1/Radar_n56_tarifa%20aduaneira.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Construindo pontes?: O Brasil diante da Primavera Árabe. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 12, v. 64, ed. 4, p. 47-50, 1 dez. 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000400018>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400018. Acesso em: 30 maio 2023.

CORNETET, J. M. C. (2014). A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, 5(24), 111–150. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.47628>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CHERNAVSKY, EMILIO; DWECK, ESTHER; TEIXEIRA, RODRIGO ALVES. Descontrole ou inflexão?: A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp**. IE, Campinas, ano 20, v. 29, ed. 3, p. 811-834, 10 dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art06>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/FhqwGFnqbJkTWLHXLJbzVzP/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CORSI, F. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 153–165, 2016. DOI: 10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira:: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 34, ed. 1, p. 311-355, 30 jan. 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/bcWcqfYFWhDWwxYDbqQsdbj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 29 out. 2022.

FREIRE, MARIA RAQUEL; VINHA, LUÍS DA. Política Externa trabalho e investigação: As Relações Internacionais em Mudança. COIMBRA: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 43 p. v. 1. ISBN 978-989-26-0935-5. Disponível em: Política externa: modelos, actores e dinâmicas - UC Digitalis. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ÁREA DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA: AS DECISIVAS DÉCADAS DE 1950 E 1970. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Análise de Política Externa em Perspectiva: atores, instituições e novos temas*. João Pessoa: UFPB, 2020. v. 1, cap. 1, p. 14-29. ISBN 978-85-237-1584-7. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/647/770/6365-1?inline=1>. Acesso em: 29 abr. 2023.

GREGURINCI, Camila. **AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E O ORIENTE MÉDIO: REPERCUSSÕES DA PRIMAVERA ÁRABE NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**. Orientador: Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr. 2012. 63 p. TCC (Ensino Superior, Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Acesso em: 12 mai. 2023.

GOVERNO FEDERAL MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de posse no Congresso Nacional** – Brasília, 1º de janeiro de 2011. Disponível em: Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 2011 — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 4 abr. 2021

GOMES, Zimmer S. Bom; SARAIVA, Miiram Gomes. Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul. *Relaciones Internacionales*, Rio de Janeiro, ano 15, v. 25, ed. 50, p. 81-97, 1 jul. 2016. DOI ISSN 2314-2766. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S2314-27662016000100006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 3 abr. 2023.

HERMANN, C. F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign

Policy. *International Studies Quarterly*, 34, n. 1, Março 1990. 3-21. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-abstract/34/1/3/1901701>. Acesso em: 30 mai. 2023.

HERMANN, JENNIFER. Da liberalização à crise financeira norte-americana:: a morte anunciada chega ao Paraíso. *Brazilian Journal of Political Economy*, [s. l.], ano 9, v. 29, ed. 1, p. 133-149, 29 jan. 2009. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/474>. Acesso em: 11 nov. 2023.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Juntos num só ritmo?: Diplomacia e esporte internacional. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, ano 14, v. 9, n. 2, p. 1-37, 1 jul. 2014. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/juntos-num-so-ritmo-diplomacia-e-esporte-internacional/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

KEOHANE, Robert O.; MILNER, Helen V. (ed.). (1996). *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.olivialau.org/ir/archive/keo6.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 22, ed. 2, p. 265-303, 2000. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 19 out. 2022.

MARCELINO, Patricia. A “Primavera Árabe” e o Fluxo de Refugiados para a União Europeia:: Comunicação num Cenário de Crise. *Defesa e nação*, Portugal, ano 12, v. 5, n. 132, p. 61-82, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62695291.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MARTINS, Norberto Montani. Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016):: um ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo. **Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE**, São Paulo, ano 22, v. 31, n. 74, ed. 1, p. 43-63, 4 abr. 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art02>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/qZcQxsGZd7d7kB7vRdHmMYH/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MANZI, R. H. D. (2015). O G20 na governança global após a crise econômica de 2008 / The G20 in the global governance after the economic crisis of 2008. *Mural Internacional*, 6(1), 35–49. <https://doi.org/10.12957/rmi.2015.14857>. Acesso em: 01 out. 2023.

MESSA, Alexandre; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). A política comercial brasileira em análise. Brasília : **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/81848/8184>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MEDINA, José. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em: https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1540359570/constituicao-federal-comentada?unlock-feature-code=abnt_quote_doctrine&unlock-from-component=AbntModal. Acesso em: 28 out. 2022.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro R. Do industrialismo à austeridade:: Diplomacia e esporte internacional. *In*: BALTAR, Paulo Henrique Gonçalves *et al.* Para além da política econômica. São Paulo: Unesp, 2018. cap. Para além da política econômica: crescimento, desaceleração e crise no experimento desenvolvimentista, p. 245-280. ISBN 978-85-9546-257-1. Disponível

em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/para-alem-da-politica-economica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira:: os desafios de sua caracterização como política pública. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, ano 13, v. 35, ed. 1, p. 11-41, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

MILANI, Carlos R. S. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: PINHEIRO, Leticia *et al.* Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2011. cap. 1, p. 33-69. ISBN 9788522509218. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=pgEcO34AAAAJ&citation_for_view=pgEcO34AAAAJ:_xSYboBqXhAC. Acesso em: 29 out. 2022.

MILANI, Carlos R.S. Política Externa é Política Pública?. *Insight Inteligência*, Brasil, ano 15, n. 69, p. 57-75, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/politica-externa-e-politica-publica/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MILNER, Helen V. (1997) “Actors’ interests, Policy Preferences, and the Demand for international Cooperation.” *Interests, Institutions and Information, Domestic Politics and International Relations*. Princeton University Press, pp.33-66. Disponível em: <https://academic.oup.com/psq/article-abstract/113/3/524/6962229?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. Política Externa como Política Pública:: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula. **Revista Política Hoje**, [s. l.], ano 10, v. 19, n. 1, p. 187-221, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3837/3141>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PEREIRA, Lia Baker Valls. O ajuste conjuntural/estrutural da balança comercial. *REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA*, Rio de Janeiro, ano 16, v. 70, n. 8, p. 62-65, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/65880>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PEREIRA, A. D. A PRIMAVERA ÁRABE ENTRE A DEMOCRACIA E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO. SÉCULO XXI: **Revista de Relações Internacionais - ESPM-POA**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 139–142, 2015. Disponível em: <https://sumario-periodicos.espm.br/xxi/article/view/90>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PINHEIRO, D. A Afilhada Rebelde. *Revista Piauí*, Edição 97, out. 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-afilhada-rebelde/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PINHEIRO, Letícia; SALOMÓN, Mónica. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira:: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, ano 13, v. 1, ed. 56, p. 40-59, 6 ago. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnzRXjptLV53R6XvGcF/>. Acesso em: 10 out. 2022.

POLÍTICA COMERCIAL. **Mais Retorno**, São Paulo, 11 Jan. 2021. Economia. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/p/politica-comercial>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PONTE E SOUSA, PEDRO. A ‘POLÍTICA’ NA POLÍTICA EXTERNA:: REALISMO, AGÊNCIA E CLIVAGENS. *In*: JORGE, VITOR OLIVEIRA. O Pensamento, Hoje, Ainda Tem Efeitos Práticos?. LISBOA: **INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA**, 2018. v. 1, cap. 3, p. 35-45. ISBN 978-989-98388-5-7. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portalf/11929980/Pensamento_2018.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Elaini C. G; CARDOSO, Evorah L.; SANCHÉZ, Michelle Ratton; SPÉCIE, Priscila. POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA:: UMA ANÁLISE PELA REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA (1967-1988). **Scielo**: Brasil, Curitiba, ano 06, ed. 27, p. 125-143, Nov. 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gKCfZnzSZC7kjhJndL8YSmJ/> . Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, GLAUBER EDUARDO DE OLIVEIRA. DIVERSIDADE DE IMPACTOS ECONÔMICOS DA COPA DO MUNDO FIFA DE 2014 NO BRASIL. **CULTUR**, São Paulo, ano 17, n. 1, p. 203-220, 21 fev. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, Alexandra de Mello e. O BRASIL NO CONTINENTE E NO MUNDO:: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, ano 95, v. 8, ed. 15, p. 95-118, 1 jul. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1996/1135>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, André Luiz Reis da. Retraction or consolidation?: The follow-up phase in Dilma Rousseff’s foreign policy (2011-2016). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio Grande do Sul, ano 21, v. 1, n. 64, ed. 12, p. 1-22, 26 out. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100112>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JfKqtkxMJsgFhjxxWvNxyGz/?lang=en>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SILVA, GLEICE MEIRE ALMEIDA DA. DO ÓPIO DO POVO AO ESTOPIM DE INSATISFAÇÕES:: COPA DO MUNDO E OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL. Orientador: PEDRO SANTOS MUNDIM. 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado Ciências Políticas) - UFG, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8072/5/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20-%20Gleice%20Meire%20Almeida%20da%20Silva%20-%202017.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, Danielle Costa da. Política Externa é Política Pública: reflexões sobre a política externa brasileira. **NEIBA**: Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, Rio de Janeiro, ano 15, v. 4, ed. 1, p. 13-23, 1 ago. 2015. DOI <https://doi.org/10.12957/neiba.2015.13715>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13715>. Acesso em: 1 maio 2023.

SÍNTESE da conjuntura. **Carta de conjuntura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões.** Rio de Janeiro, 25 dez. 2014, n. 25, p. 5. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24253. Acesso em: 17 nov. 2023.

SÍNTESE da conjuntura. **Carta de conjuntura. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões.** Rio de Janeiro, 13 dez. 2012, n. 17, p. 5. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16527. Acesso em: 17 nov. 2023.

SIMÕES, E. P. da SILVA; GOMES, M. T. S. . Os BRICS e a organização de megaeventos esportivos na ordem mundial pós-guerra fria. *Revista GeoUECE*, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e202101, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/7498>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SOUSA, V. T. (2016). Análise comparativa da Política Externa do primeiro governo Dilma Rousseff e dos governos Lula.: níveis e fatores de mudança na condução. **Fronteira.:** Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, [s. l.], ano 13, v. 12, ed. 24, p. 162-181, 31 out. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10385>. Acesso em: 27 mar. 2022.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Revista Ciência & Letras**, Porto Alegre, nº51, p. 57- 63 79-133, 2012. Disponível em: <https://geovest.files.wordpress.com/2013/09/o-verc3a3o-c3a1rabe.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A PRIMAVERA ÁRABE: ENTRE A DEMOCRACIA E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO. *Século XXI*, Porto Alegre, ano 12, v. 3, n. 2, p. 139-142, 1 dez. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4347467/A_primavera_%C3%A1rabe. Acesso em: 23 set. 2023.